

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
IPEA/IPLAN-INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
SETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**ASPECTOS DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO DOS ESTADOS**

VOL. 25

ESTADO DO MATO GROSSO

BRASÍLIA, MAIO DE 1972
- CIRCULAÇÃO RESTRITA -

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
IPEA/IPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
Setor de Desenvolvimento Regional

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS ESTADOS

Volume 25 - ESTADO DE MATO GROSSO

Brasília, Maio de 1972.
CIRCULAÇÃO RESTRITA

APRESENTAÇÃO

ASPECTOS DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO DOS ESTADOS

APRESENTAÇÃO

De maneira geral, é ainda limitado o conhecimento que se tem das experiências de planejamento em curso nos vários Estados do Brasil.

Entretanto, a institucionalização irreversível do planejamento em nosso país, de um lado, e o processo crescente de integração nacional, de outro, impõem hoje um maior conhecimento mútuo das experiências de elaboração e implementação de planos, quer no âmbito nacional e regional, quer na esfera estadual. Concomitantemente, torna-se necessária uma análise mais precisa dos elementos orçamentários e financeiros que dão suporte a esse planejamento.

O presente trabalho constitui, pois, uma análise preliminar do sistema de planejamento e da situação orçamentária e financeira dos Estados do Brasil, elaborado à base dos documentos apresentados no ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO, realizado em Brasília no período de 15 a 17 de dezembro de 1971.

Foi preparado com o objetivo central de fornecer subsídios básicos ao Ministério do Planejamento no processo de consolidação do seu sistema de articulação com os Estados e Municípios.

Na análise dos aspectos de planejamento, sem pretensões de exaustividade, procurou-se preencher uma lacuna no senti

do de proporcionar uma visão global das experiências realizadas e da evolução do sistema nos vários Estados, particularizando-se ainda o quadro atual dos planos em execução.

No que concerne aos aspectos orçamentários e financeiros dos Estados, a análise abrange o quinquênio 1968/72, que se desdobra em dois períodos: um de dados observados - 1968/1970 - correspondentes aos elementos dos balanços dos Estados, e um de dados previstos - 1971/72 - com base nas respectivas propostas orçamentárias. De forma sistemática foram identificadas as variáveis principais e abordados os itens mais importantes como a evolução e composição da receita e despesas, equilíbrio orçamentário, endividamento dos Estados, etc., de modo a obter-se uma adequada base de referência para estudos posteriores. As diversas tabelas e indicadores utilizados propiciam elementos interessantes no confronto da situação observada entre os Estados e Regiões.

A fim de permitir uma abordagem regional, os dados orçamentários e financeiros foram consolidados ao nível das cinco regiões do país: NORTE (Acre, Amazonas e Pará), NORDESTE (Maranhão a Bahia), SUDESTE (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo), SUL (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e CENTRO OESTE (Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal).

A Nota Metodológica a seguir apresentada especifica os principais itens que foram objeto de análise e define os critérios que presidiram a elaboração do trabalho.

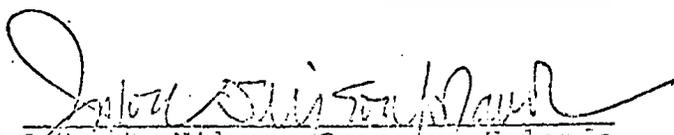
Para facilitar o manuseio do documento optou-se por sua representação em 28 volumes individuais, um para cada Estado ou Região.

O trabalho foi elaborado por uma equipe constituída pelos seguintes técnicos do IPLAN: Demóstenes Silvestre Fernandes Filho, Fernando José de Almeida, Ivan José Barbosa Li-

ma, Nilton Romeu, Ricardo Nunes de Miranda, sob a coordenação de César Augusto Areal e Edson Sarques Prudente e a supervisão final de Paulo Dante Coelho e desta Superintendência.

Colaboraram ainda na execução do trabalho os técnicos Fernando Augusto Vieira Fernandes e Paulo Brasil.

Brasília, 2 de maio de 1972


Antônio Nilson Craveiro Holanda
Superintendente do IPLAN

NOTA METODOLÓGICA

NOTA METODOLÓGICA

Os prazos fixados para a conclusão do estudo, deliberadamente exíguos, impuseram à equipe uma compreensível concentração de esforços a fim de que os objetivos do trabalho fossem alcançados não obstante a limitação de tempo. Considerando a enorme massa de dados e informações a obter, selecionar e avaliar, impôs-se a fixação de certos critérios e definições metodológicas consoante os termos de referência iniciais do estudo e o aperfeiçoamento sucessivo da análise.

No que concerne ao Planejamento, além da abordagem de experiências anteriores de cada Estado, destaca-se no estudo o quadro da situação do sistema de planejamento estadual e as bases do atual plano em elaboração ou execução. Para dar a devida unidade ao trabalho utilizou-se como fontes bibliográficas básicas além das Notas Taquigráficas de exposições dos Secretários Estaduais de Planejamento no Encontro Nacional de Brasília, de 15 a 17/12/71, outros documentos solicitados aos Estados para aquela reunião.

Quanto aos aspectos de orçamento, a análise está limitada ao período 1968/72, contando-se para os anos de 1968/70 com dados de Balanço e para 1971/72 com os de Previsão Orçamentária.

A fim de facilitar a análise em cada Estado apresenta-se uma síntese dos principais aspectos do planejamento e orçamento como introdução desses capítulos. Igualmente os anexos incorporados em cada volume dão um detalhamento da parte de planejamento e incluem as tabelas e gráficos pertinentes à análise orçamentária e financeira.

As principais fontes bibliográficas utilizadas foram as publicações do Ministério da Fazenda através da Revista de Finanças Públicas e os respectivos balanços e orçamentos estaduais.

Além das definições clássicas da Lei 4.320/64, adotou-se ainda os seguintes critérios a respeito dos itens abordados nos aspectos orçamentários:

Receitas Próprias: compreendidas como sendo a Receita Total menos a Receita de Transferências. Dessa forma as Operações de Crédito estão incluídas no conceito.

Saldo Orçamentário Efetivo: Representado pelo Saldo Orçamentário (Receita menos Despesa) excluídas as Operações de Crédito.

Receita de Capital Efetiva: Definida como sendo a Receita de Capital menos as Operações de Crédito.

Financiamento das Despesas de Capital: O modelo utilizado considera como fonte de financiamento das Despesas de Capital o somatório dos seguintes itens:

- Saldo em Conta Corrente (SCC) ou Poupança do Governo (diferença entre a Receita e a Despesa Corrente)
- Receita de Capital Efetiva (RKe)
- Operações de Crédito (OC) e
- Saldo Orçamentário (SO), este último tomado com o sinal contrário, de acordo com a seguinte fórmula:

$$DK = SCC + RKe + OC + (SO) \quad (-1)$$

Transferências - Compreendem as Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial e as classificadas no documento como "Outras Transferências" recebidas pelos Estados à Conta dos Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Líquidos e Gasosos (IULCLG), sobre Energia Elétrica (IUÉE), sobre Minederais (IUM), Auxílios e/ou Contribuições e outros de menor relevância.

Indicadores "Per-Capita"

Os Indicadores "per-capita" (Receita Total, Receita Própria, Transferências, Despesas de Pessoal e Capital "per-capita") foram calculados com base em estimativas de população feitas através da interpolação e extrapolação dos resultados dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, para cada Estado, com vistas a facilitar a comparação interestadual e interregional dessas variáveis. Os números regionais e do Brasil representam a soma dos dados estaduais obtidos segundo os critérios acima referidos.

Relação dos Volumes - São os seguintes os Volumes componentes do Estudo, segundo os Estados e Regiões:

<u>ESTADOS OU REGIÕES</u>	<u>Nº VOLUME</u>
ACRE	- 1
AMAZONAS	- 2
PARÁ	- 3
<u>REGIÃO NORTE</u>	- 4
MARANHÃO	- 5
PIAUI	- 6
CEARÁ	- 7
RIO G. DO NORTE	- 8
PARAÍBA	- 9
PERNAMBUCO	- 10
ALAGOAS	- 11
SERGIPE	- 12
BAHIA	- 13
<u>REGIÃO NORDESTE</u>	- 14
MINAS GERAIS	- 15
ESPÍRITO SANTO	- 16
RIO DE JANEIRO	- 17
GUANABARA	- 18
SÃO PAULO	- 19
<u>REGIÃO SUDESTE</u>	- 20
PARANÁ	- 21
SANTA CATARINA	- 22
RIO G. DO SUL	- 23
<u>REGIÃO SUL</u>	- 24
MATO GROSSO	- 25
GOIÁS	- 26
DISTRITO FEDERAL	- 27
<u>REGIÃO CENTRO-OESTE</u>	- 28

INDICE

ÍNDICE

A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DE MATO GROSSO

1. Quadro atual do Planejamento do Estado de Mato Grosso
2. O Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Mato Grosso - 1971/74
3. Objetivo e Estratégia Geral
4. Estratégia Setorial e Prioridades
5. Dispêndios e Recursos
6. Instrumentos

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO ESTADO DE MATO GROSSO

C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DE MATO GROSSO

1. Avaliação Global do Orçamento
2. Análise da Receita
3. Análise da Despesa
4. Análise do Equilíbrio Orçamentário e Financiamento das Despesas de Capital
5. O Endividamento do Estado

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

E - ANEXOS

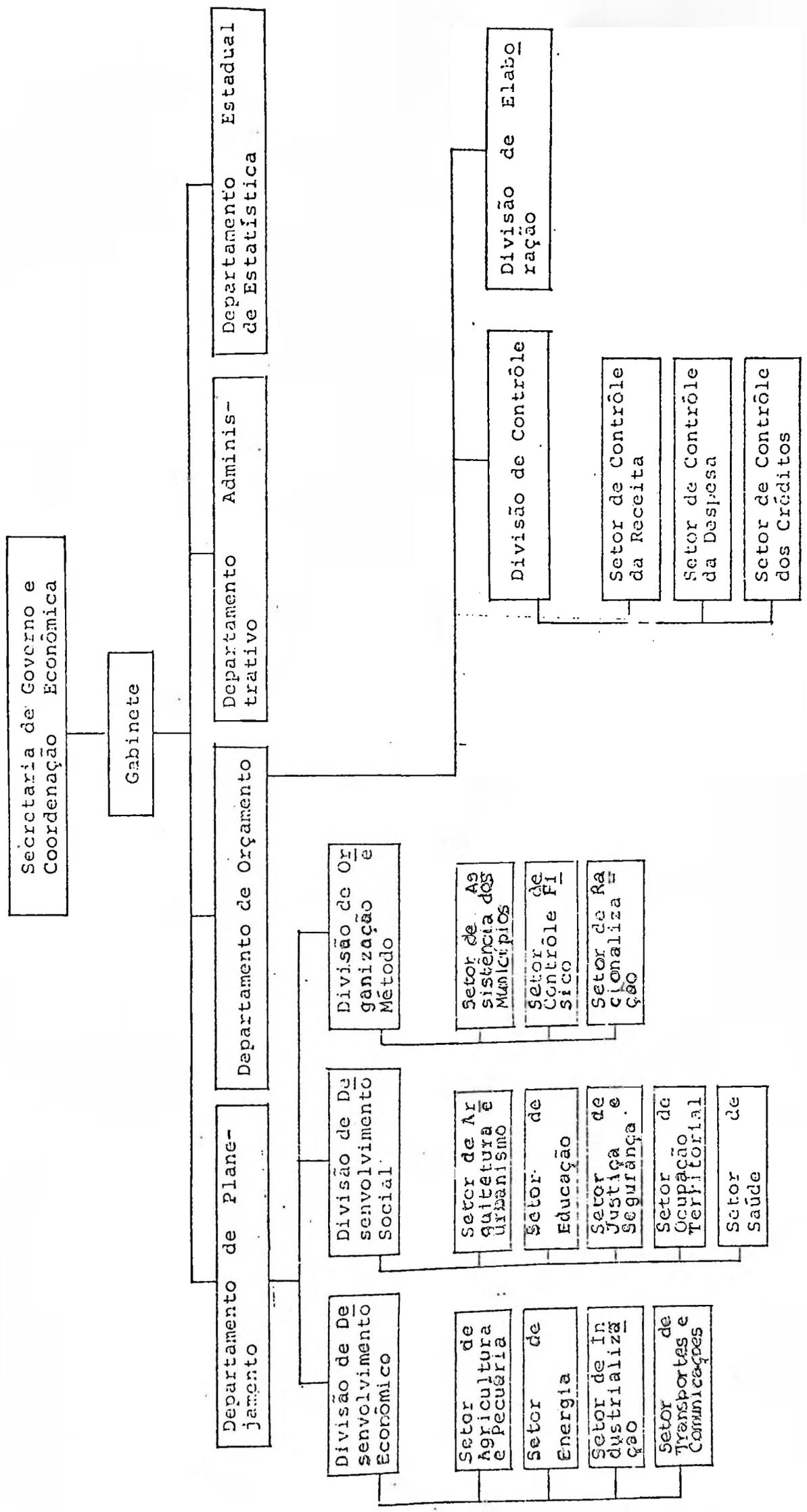
- I - O Planejamento Estadual
- II - Situação Orçamentária - Tabelas

A - PLANEJAMENTO ESTADUAL DE MATO GROSSO

A- O PLANEJAMENTO ESTADUAL EM MATO GROSSO

O quadro e o organograma seguintes apresentam as linhas gerais da estrutura e evolução do sistema de planejamento do Estado de Mato Grosso. São descritos, igualmente, os aspectos básicos referentes ao atual plano de desenvolvimento estadual. Em anexo, são apresentados em forma mais detalhada, outras informações pertinentes ao sistema de planejamento estadual.

SISTEMA DL PLANEJAMENTO ESTADUAL DE MATO-GROSSO



ESTADO DE MATO GROSSOEvolução do Sistema de Planejamento

ANO	LEI OU DECRETO	INSTITUIÇÕES E PLANOS
1963	Decreto Nº 469 de 04/04/63.	Criação do Conselho Estadual de Planejamento de Mato-Grosso - PLAMAT PLANO TRIENAL DE GOVERNO PARA MATO-GROSSO - 1963/65 (não foi posto em execução por não ter sido aprovado pela Assembléia Legislativa).
1966	Lei Nº 2.626 de 07/07/66.	Criação da Secretaria de Governo e Coordenação Econômica - SEGECE. PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - PLADE - 1966/70.
1967	Decreto Nº 225 de 19/04/67.	Regulamentação da SEGECE.
1971		PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO - 1971/74.

1. QUADRO ATUAL DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

A Secretaria de Governo e Coordenação Econômica-SEGECE-, base do sistema estadual de planejamento, compreende o Gabinete, o Departamento de Planejamento, o Departamento de Orçamento, o Departamento Administrativo e o Departamento Estadual de Estatística.

Ao Departamento de Planejamento compete a formulação do programa global de desenvolvimento, indicando metas e estabelecendo as prioridades para sua execução, bem como proceder as modificações anuais no plano.

O Departamento de Orçamento compatibiliza o plano com os recursos, elabora o orçamento e controla a execução orçamentária.

2. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - 1971/74

O atual plano de desenvolvimento econômico e social do Estado foi elaborado para cobrir o período 1971/74.

É um plano de estrutura simples, sem grandes sofisticacões. Contém um pré-diagnóstico geral e 12 diagnósticos setoriais. O pré-diagnóstico geral focaliza de maneira bem sintética os aspectos histórico-demográficos da evolução sócio-econômica do Estado. Apresenta em continuidade, os obstáculos considerados como principais para o desenvolvimento econômico do Estado, a saber:

- obstáculos físicos;
- Obstáculos sociais;
- Obstáculos econômicos; e
- Obstáculos de natureza político-administrativa.

Os diagnósticos setoriais mostram a evolução dos setores enfatizando os aspectos negativos e obstaculizadores à mudança e dinamização.

3. OBJETIVO E ESTRATÉGIA GERAL

Sinteticamente, no Capítulo "Diretrizes Básicas", são propostos os objetivos gerais do Plano: compatibilização do plano estadual com o federal, mobilização de pessoal capacitado para gerir a coisa pública, dinamização do sistema estadual de planejamento, aumento da produtividade agropecuária - onde se concentram as atividades básicas da economia estadual - e promoção do homem matogrossense.

4. ESTRATÉGIA SETORIAL E PRIORIDADES

Para cada setor apresenta uma série de medidas caracterizadas como instrumentos de ação, ao lado de linhas básicas de ação do governo e relação extensa de projetos e programas. É realmente a parte básica do documento apresentado.

As grandes prioridades setoriais de uso dos recursos, evidenciam-se na Tabela infra:

- <u>ATIVIDADES MEIO</u>	<u>47,4</u>	<u>2,9</u>
Administração Pública	3,7	0,2
Sistema Financeiro Estadual	24,5	1,5
Justiça e Segurança Pública	19,5	1,2
- <u>INFRA-ESTRUTURA SOCIAL</u>	<u>400,3</u>	<u>23,8</u>
Educação e Cultura	162,6	9,7
Saúde	121,5	7,2
Saneamento Básico	29,9	1,8
Habitação e Previdência	86,3	5,1
- <u>INFRA-ESTRUTURA FÍSICA</u>	<u>1.106,1</u>	<u>66,0</u>
Energia	429,1	25,6
Transportes	664,7	39,7
Comunicações	12,3	0,7
- <u>SETORES PRODUTIVOS</u>	<u>122,8</u>	<u>7,3</u>
Agropecuária e Abastecimento	121,1	7,2
Indústria	1,7	0,1
<u>T O T A L</u>	<u>1.676,9</u>	<u>100,0</u>

Os setores de infra-estrutura constituem 66% dos investimentos totais no período do plano. O setor de transportes deverá absorver cerca de 40% dos investimentos globais. Os setores sociais absorverão 24%, destacando-se educação com 10% e saúde com

7% dos recursos. Os setores produtivos terão cerca de 7% dos investimentos, quase todos na agropecuária.

Dentre as metas dos setores prioritários destaca-se a do setor energético com a incorporação de mais 125.000 kw, representando aumento de 90,6% da potência instalada. O programa de construção de linhas de transmissão prevê um incremento da ordem de 318,5% na extensão das linhas existentes, com a construção de mais 2.835 km. As metas do setor de transportes rodoviários prevêem a construção e melhoria de 5.066 km de estradas-troncos, a construção de 3.517 km de estradas vicinais e a pavimentação de 290 km de rodovias.

O programa de educação e cultura tem como meta principal a elevação do índice de escolarização da população de 7 a 14 anos, de 64 para 80% e a elevação do número de matrículas na ordem de 152.000 novas vagas para o ensino primário e 56.000 no ensino médio.

No setor saúde as metas prevêem a elevação do índice de 2,32 leitos por mil habitantes para 5 leitos por mil habitantes, com a construção de 7.200 leitos distribuídos em hospitais regionais, comunitários e rurais.

5. DISPÊNDIOS E RECURSOS

A apresentação do plano de desenvolvimento do Estado de Mato-Grosso não permite uma análise detalhada dos recursos que serão utilizados para sua realização.

Nem todos os setores apresentam os recursos especificados ano a ano e a maioria absoluta não apresenta as fontes de recursos. Torna-se impraticável, pela simples inspeção do plano, levantar o total de recursos que correrão por conta do Orçamento Estadual, de Fundos do Governo Federal, de operações de crédito, etc.

Nada se aborda sobre a natureza dos recursos, se se trata de moeda constante ou corrente e, neste último caso, que taxa de inflação teria sido utilizada. O crescimento dos recursos estaduais ano a ano - 28%, 75% e 32% permite prever uma hipótese de moeda corrente pelas elevadas percentagens apresentadas.

6. INSTRUMENTOS

Não há um capítulo específico mostrando quais serão os instrumentos utilizados, com vistas a realização das metas preconizadas.

Verifica-se, em primeiro plano, a preocupação com os órgãos executivos da administração estadual existentes e os a serem criados, entre esses destacando-se o Banco de Desenvolvimento.

A Reforma Administrativa e a reestruturação de órgãos hoje obsoletos, a qualificação do pessoal executivo, os convênios com entidades federais, são os principais instrumentos abordados.

O Executivo estadual não dispõe ainda de um sistema de controle interno. O acompanhamento da execução do plano é feito através dos relatórios anuais que as unidades executoras enviam ao governador, sendo esses relatórios analisados previamente na Secretaria de Governo e Coordenação Econômica.

Junto ao Departamento de Orçamento da Secretaria de Governo e Coordenação Econômica funciona um setor de controle do plano de aplicação do F.P.E. e F.E., cuja liberação de recursos é controlada em conjunto pelo Secretário de Viação e Obras e pelo Secretário de Governo.

B - SÍNTESE DOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
DO ESTADO DE MATO GROSSO

ASPECTOS DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DOS ESTADOS DO BRASIL

Síntese dos Aspectos Básicos

Estado de MATO GROSSO

1. Orçamento para 1972: Receita 308,1; Despesa 317,4 milhões de cruzeiros

2. Participação relativa da Receita Estadual (%):

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita da Região	14,7	14,6	21,4
- s/Receita Total dos Estados	0,7	0,6	1,0

3. Crescimento da Receita Total em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 7,6	+ 7,9
1971/72	+ 33,8	+ 9,6

4. Crescimento da Receita de Capital em termos reais (% a.a.):

	<u>Estado</u>	<u>Região</u>
1968/70	+ 28,8	+ 24,5
1971/72	+ 83,1	+ 22,0

5. Participação relativa na Receita Total (%):

	ICM	TRANSFERÊNCIAS			Total
		F.Particip.	F.Especial	Outras(*)	
1968	67,2	22,4	-	-	22,4
1970	71,5	11,0	1,3	2,7	15,0
1972	56,8	7,0	1,1	29,3	37,4

(*) - Inclusive Quotas Partes dos Impostos Únicos s/Energia, Combustíveis e Lubrificantes, Minerais do País.

6. Receita Própria "Per-Capita" do Estado (Inclusive Operações de Crédito)

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita "Per-Capita" da Região (%)	66,8	63,3	76,3
- s/Receita "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	37,8	36,4	37,3

7. Receita de Transferência "Per-Capita" do Estado

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" da Região (%)	23,1	18,6	60,2
- s/Receita de Transferências "Per-Capita" do Total dos Estados (%)	86,9	59,3	168,3

8. Despesas de Pessoal s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	43,1	34,9	20,7
Região	28,2	31,8	24,3
Total dos Estados	34,9	31,7	27,5

9. Despesas de Capital s/Despesa Total (%) :

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
Estado	32,0	38,8	52,4
Região	38,0	33,5	37,3
Total dos Estados	24,0	27,6	30,6

10. Composição da Dívida em 1970 (%) :

<u>FLUTUANTE</u>	<u>FUNDADA</u>	<u>EXTERNA</u>
90,5	9,5	-

11. Participação Relativa da Dívida s/Receita Total-1970-(%) :

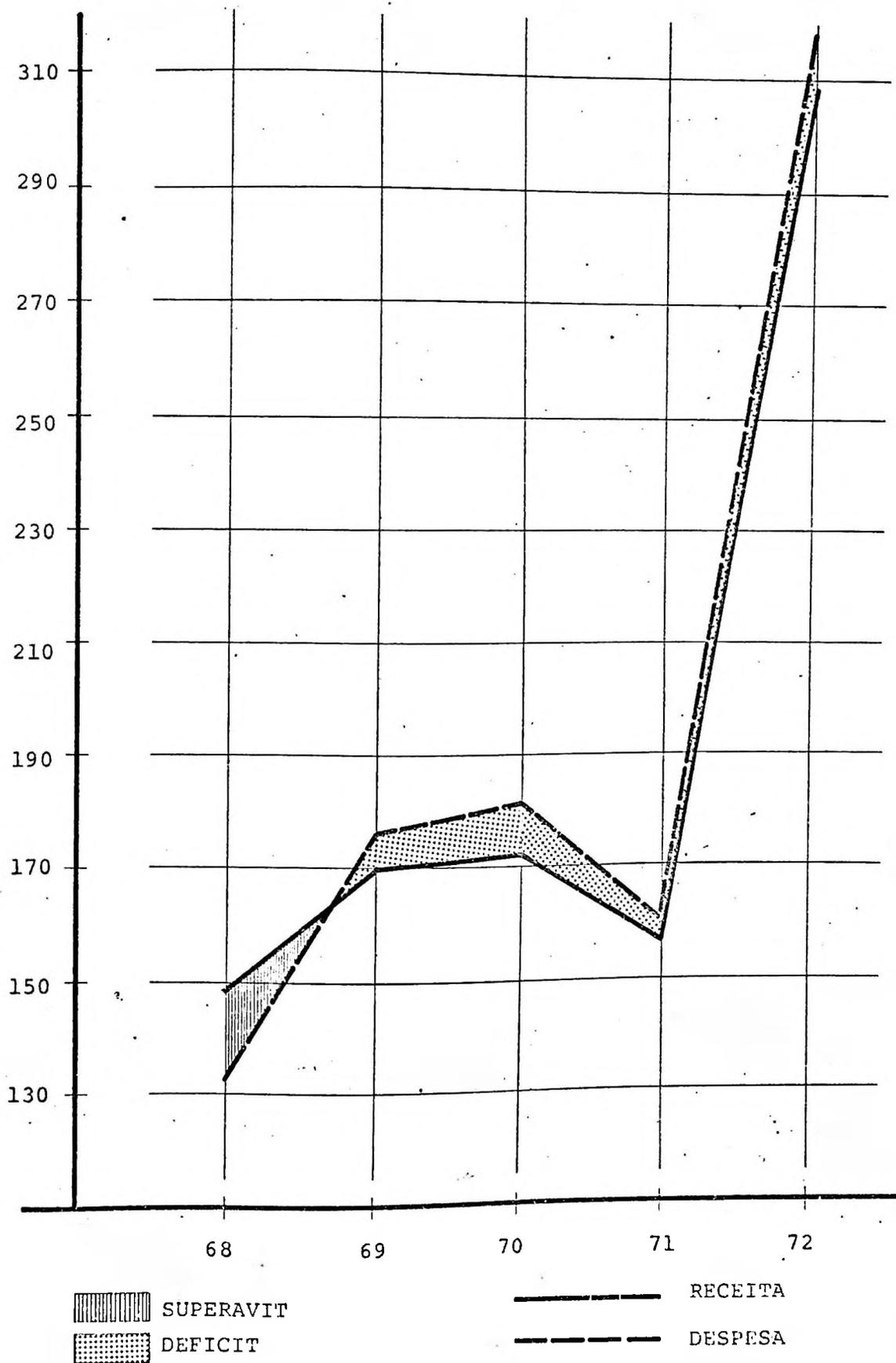
66,5

	<u>1968</u>	<u>1970</u>	<u>1972</u>
12. Operações de Crédito s/Receita Total (%) :	-	-	-
13. Amortizações + Juros s/Receita Total (%) :	-	-	-

14. Superavit (+) ou Déficit (-) efetivo sobre a Receita Total (%) :

<u>1968</u>	<u>1970</u>
(+) 10,7	(-) 5,4

ESTADO DO MATO GROSSO
COMPARATIVO ENTRE RECEITA E DESPESA
1968/1972



C - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
DO ESTADO DE MATO GROSSO

C. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DO ESTADO DO MATO GROSSO

1. AVALIAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

1.1. O Orçamento em 1972

O Orçamento do Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 1972, fixa a Despesa em Cr\$ 317,4 milhões e estima a Receita no montante de Cr\$ 308,1 milhões. É o único Estado que apresenta Déficit nas estimativas orçamentárias.

1.1.1. A Posição Relativa da Receita

A Receita realizada no sub-período 1968/70 e a Receita estimada para o sub-período 1971/72, tomadas em relação ao somatório das Receitas dos Estados da Região, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do DF e à Receita da União, conforme se apresenta abaixo, evidenciam para o primeiro sub-período, uma participação relativa constante da Receita do Estado, enquanto que para o segundo sub-período, preve-se um aumento da posição relativa dessa Receita:^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Receita Estadual/ Receita da Região Centro-Oeste	14,7	14,1	14,6	12,7	21,4
Receita Estadual/ Receitas dos Estados	0,7	0,7	0,6	0,6	1,0
Receita Estadual/ Receita da União	0,6	0,7	0,6	0,6	1,0

1/ Tabelas BR - 1.3, 1.4 e 1.5,

Todas as tabelas citadas com a referência - BR - encontram-se no anexo II, do volume 28.

Os gráficos I, II e III, apresentados no Anexo I do Volume 28, mostram a posição relativa da Receita do Estado, nos anos de .. 1968, 1970 e 1972, com relação aos demais Estados da Região Centro-Oeste, ao somatório das Receitas de todos os Estados e do Distrito Federal e à Receita da União. Verifica-se por êles que Mato-Grosso é o último Estado da Região Centro-Oeste em participação percentual quanto a êsses três parâmetros.

1.1.2. Evolução da Receita em Termos Reais

A evolução da Receita, em termos reais, como indicam os dados abaixo, apresentou no sub-período 1968/70, uma tendência regularmente ascendente, com taxa de crescimento da ordem de 7,6% a.a.. Para o sub-período 1971/72*, preve-se que êsses valores cresçam a uma taxa de 33,8% a.a.:^{1/}

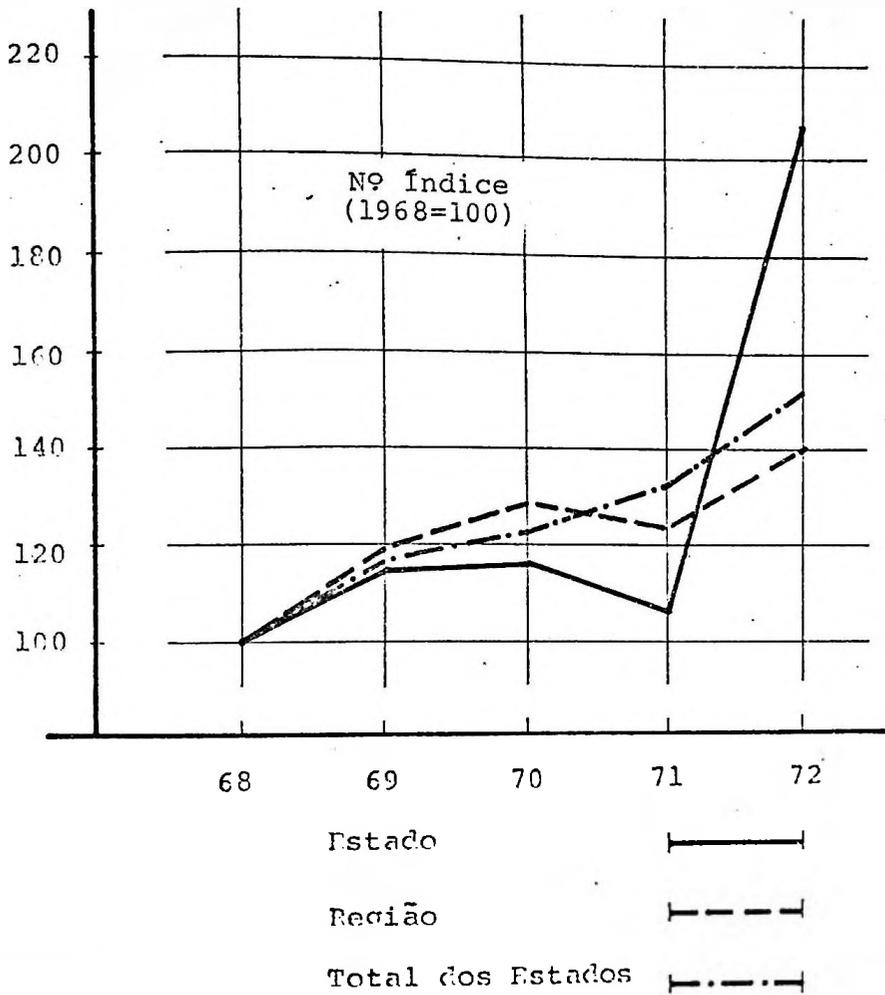
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968 = 100):	100	114	116	106	207
Acréscimos Anuais :	-	+14,0	+ 1,2	- 8,8	+96,3

O gráfico seguinte apresenta o crescimento, em termos reais, da Receita do Estado de Mato Grosso, da Receita da Região e do somatório das Receitas dos Estados e do Distrito Federal:^{2/}

(*) A Taxa estimada de crescimento para o sub-período 1971/72, referida neste item e nos que se seguem, foi calculada tomando-se como base o último ano de Balanço. (1970). Este procedimento visou correlacionar as tendências diversas assumidas nos sub-períodos 68/70 e 71/72, construídos, respectivamente, com dados de balanço e previsão orçamentária.

1/ Tabelas MT - 1.2 e 1.3 - Apresentadas no anexo II deste volume.

2/ Tabela BR - 1.2



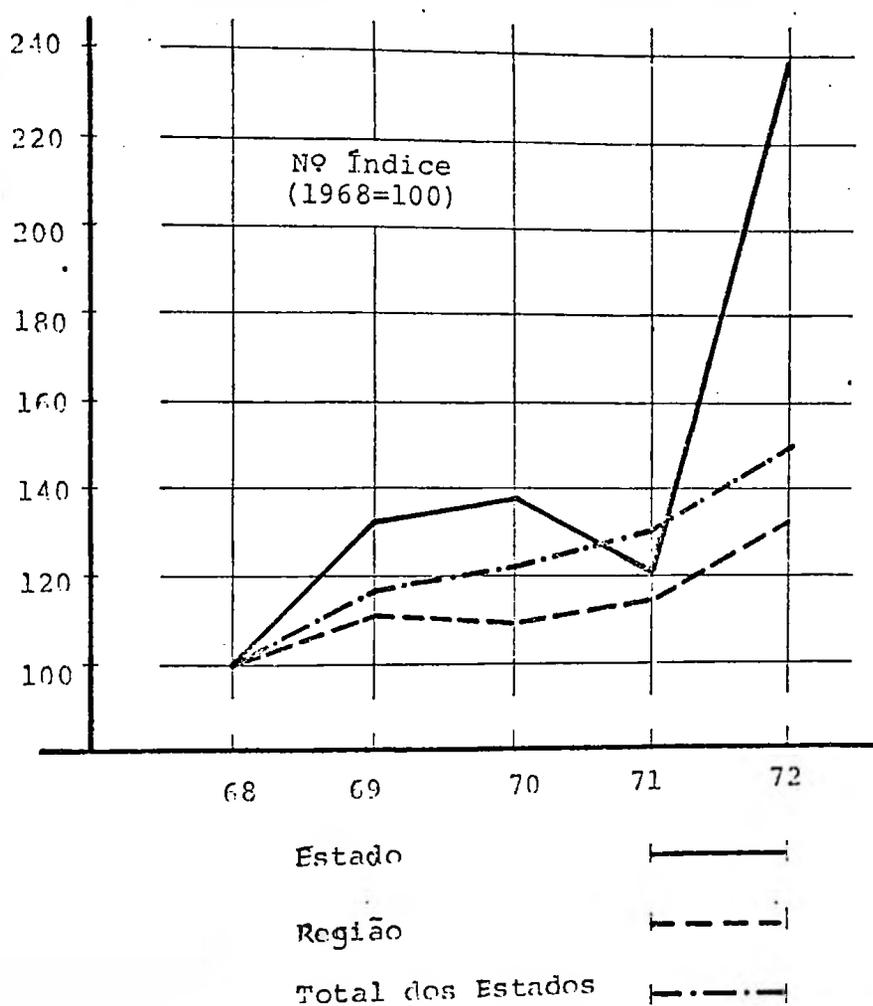
1.1.3. Evolução da Despesa em Termos Reais

A evolução da Despesa em termos reais, de acordo com os dados abaixo, mostrou no sub-período 1968/70 uma tendência ascendente, com taxa de crescimento da ordem de 16,8% a.a. Para o sub-período 1971/72 (dados de Orçamento), preve-se que esses valores passem a crescer a uma taxa de 32,3% a.a.^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968 = 100):	100	132	137	121	239
Acréscimos Anuais :	-	+32,3	+ 3,2	-11,5	+97,7

^{1/} Tabelas MT - 1.2 e 1.3

O gráfico abaixo apresenta o crescimento, em termos reais, da Despesa do Estado, da Despesa da Região e do somatório das Despesas dos Estados e do Distrito Federal:^{1/}



2. ANÁLISE DA RECEITA

A análise da Receita se desdobrará em duas etapas:

- análise segundo as categorias econômicas
- análise segundo a origem.

Neste segundo sub-ítem será dado destaque ao ICM e às Transferências e sua posição relativa no Orçamento.

^{1/} Tabela BR - 3.1.

2.1. Análise Segundo as Categorias Econômicas

O gráfico V, apresentado no Anexo I do Vol.28, mostra as Receitas dos Estados da Região Centro-Oeste nos anos de 1968, 1970 e 1972, desdobradas em Receitas Correntes e de Capital.^{1/} Em Mato Grosso, a participação percentual das Receitas de Capital na Receita Total é superior à participação do somatório das Receitas de Capital para a Região e para o conjunto dos Estados no Total das Receitas de Capital da Região e dos Estados. As modificações na composição da Receita Total de Mato Grosso seguem tendência semelhante à verificada para a Região e para o conjunto dos Estados: as Receitas de Capital mostram-se elevando sua participação relativa.^{1/}

2.1.1. Evolução em Termos Reais das Receitas Correntes e de Capital

A evolução das Receitas Correntes, em termos reais, processou-se a um ritmo ascendente ao longo de todo o período 1968/72. No sub-período 1968/70 (Dados de Balanço), observou-se um crescimento a uma taxa da ordem de 4,2% a.a., enquanto que para o sub-período 1971/72 (Dados de Orçamento), preve-se um crescimento da ordem de 20,2% a.a.

As receitas de Capital apresentaram, em termos reais, no sub-período 1968/70, uma tendência relativamente ascendente, sendo que seus valores estimados induzem a uma substancial aceleração daquele ritmo de expansão, passando de uma taxa de 28,8% a.a. no sub-período 1968/70 para 83,2% a.a. em 1971/72.

O quadro a seguir mostra a evolução, em termos reais, das Receitas Correntes e de Capital:^{2/}

^{1/} Tabela BR - 2.6

^{2/} Tabela MT - 1.2 e 1.3

RECEITA CORRENTE E DE CAPITAL

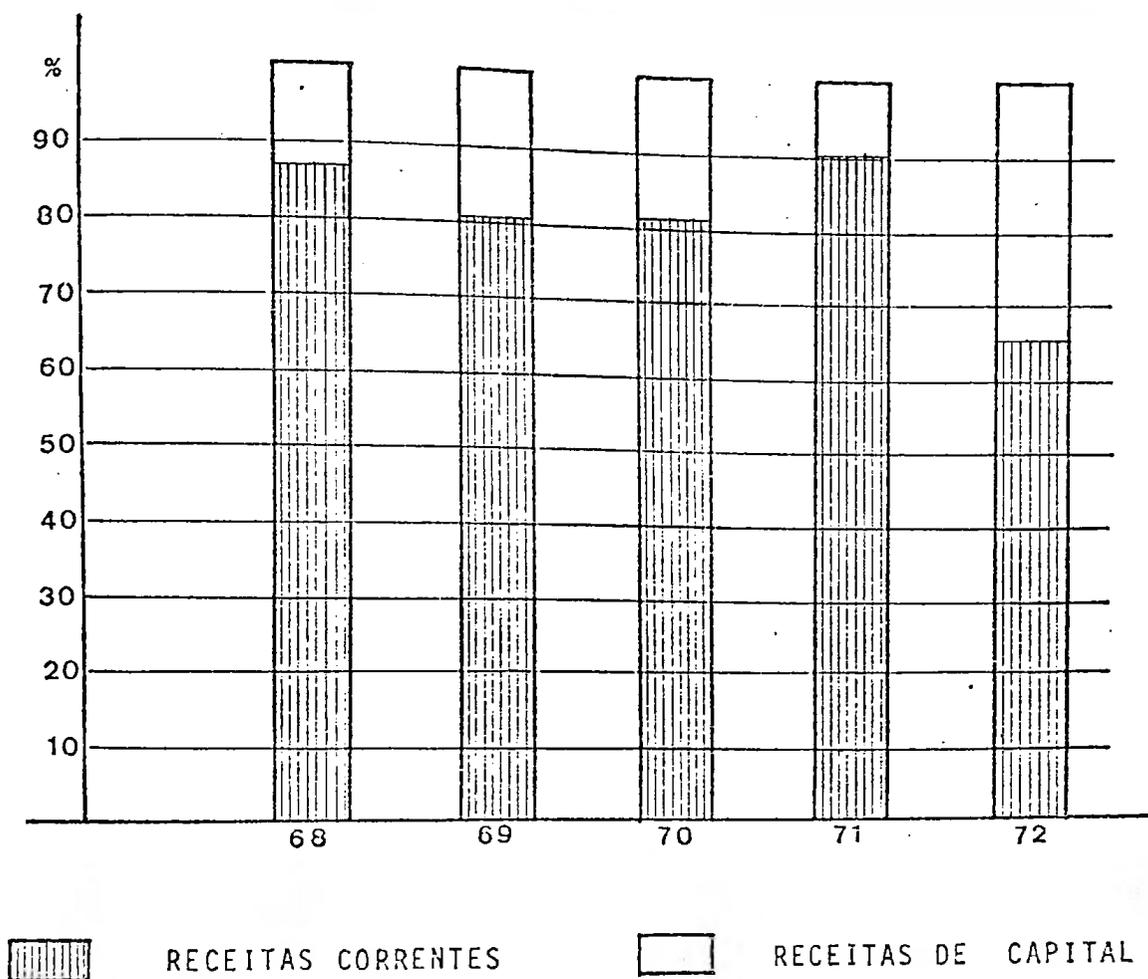
Nº Índice - 1968 = 100

Ano	Receita CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	106	171
1970	108	166
1971	110	76
1972	157	557

2.1.2. A Composição Percentual da Receita Segundo as
Categorias Econômicas

O ritmo de crescimento mais acelerado das Receitas de Capital, à exceção da previsão para 1971, conduziu à modificação da composição do Total de Receitas, observando-se um substancial declínio da participação relativa das Receitas Correntes, notadamente na previsão para 1972, como mostra o gráfico a seguir:^{1/}

^{1/} Tabela MT - 1.1



O comportamento acima descrito para as Receitas de Capital é explicado, como será visto a seguir, pela evolução mais acelerada das Transferências de Capital em relação às Transferências Correntes, uma vez que o Estado não apresenta "Operações de Crédito".

2.2. Análise Segundo a Origem

O Gráfico VI, apresentado no Anexo I do Volume 28, mostra, para os anos 1968, 1970 e 1972, a comparação das Receitas dos Estados da Região Centro-Oeste, desdobradas em Próprias e Transferências.^{1/}

^{1/} Tabela BR - 2.2

Em Mato Grosso, as Transferências têm uma participação percentual na Receita Total, inferior à participação do Total de Transferências recebidas pela Região e superior à participação do total de Transferências recebidas pelo conjunto dos Estados na Receita total dos Estados.

2.2.1.. Evolução em Termos Reais das Receitas Próprias e Transferências

A evolução das Receitas Próprias, em termos reais, identificou para o sub-período 1968/70 (dados de Balanço), uma tendência crescente, a uma taxa da ordem de 12,6% a.a. Para o sub-período .. 1971/72, a estimativa das Receitas Próprias mostram-na crescendo a uma taxa da ordem de 14,9% a.a.. Os dados abaixo mostram essa evolução:^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968 = 100):	100	121	127	115	167
Acrêscimos Anuais:	-	+21,3	+ 4,5	- 9,0	+45,1

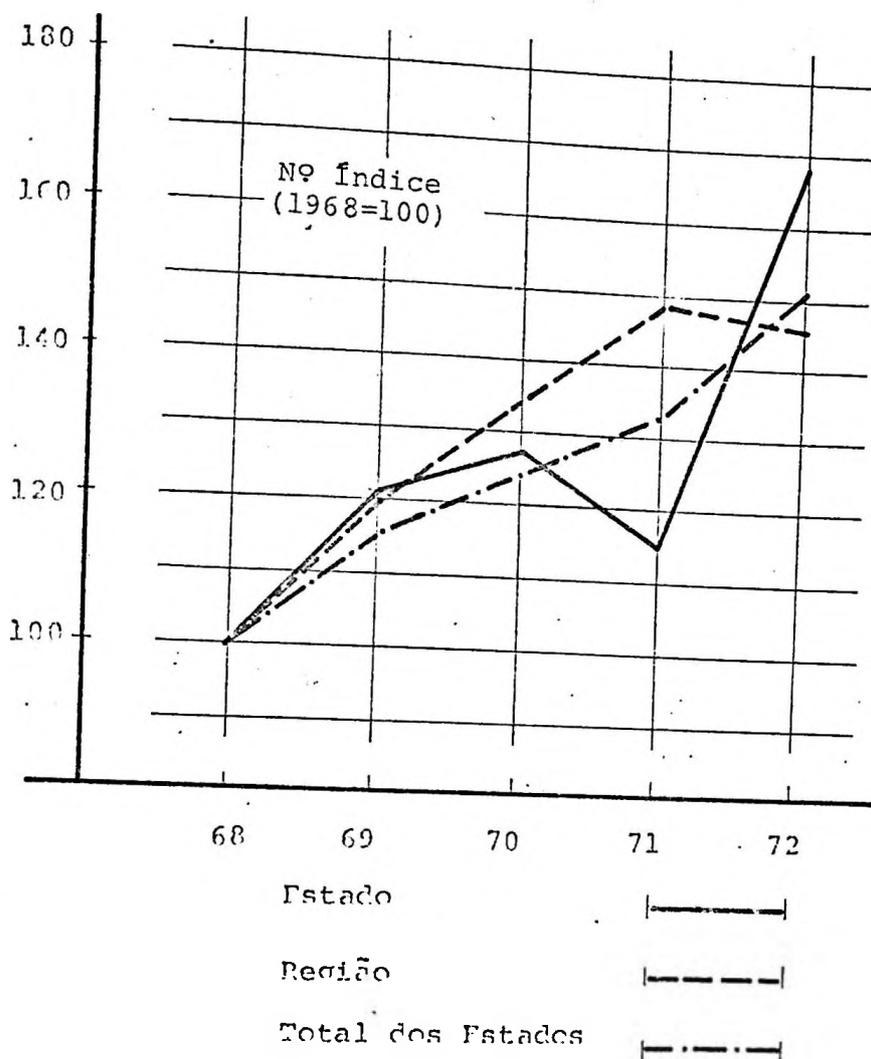
O comportamento observado para as Receitas Próprias, no primeiro sub-período, resultou, fundamentalmente, dos crescimentos, em valor absoluto, experimentados pelo ICM (Cr\$ 99,8 milhões em 1968 para Cr\$ 122,9 milhões em 1970) e pelas "Outras Receitas" (Cr\$ 15,5 milhões em 1968 para Cr\$ 23,3 milhões em 1970). Já no segundo sub-período, os incrementos nas estimativas para o ICM, para as "Outras Receitas", justificam aquela taxa de crescimento estimada para as Receitas Próprias.^{2/}

O gráfico seguinte apresenta o crescimento em termos reais das Receitas Próprias do Estado, da Região e do total de todos os Estados e Distrito Federal.^{3/}

^{1/} Tabelas MT - 2.2 e BR - 2.1

^{2/} Tabela MT - 2.2

^{3/} Tabela BR - 2.1



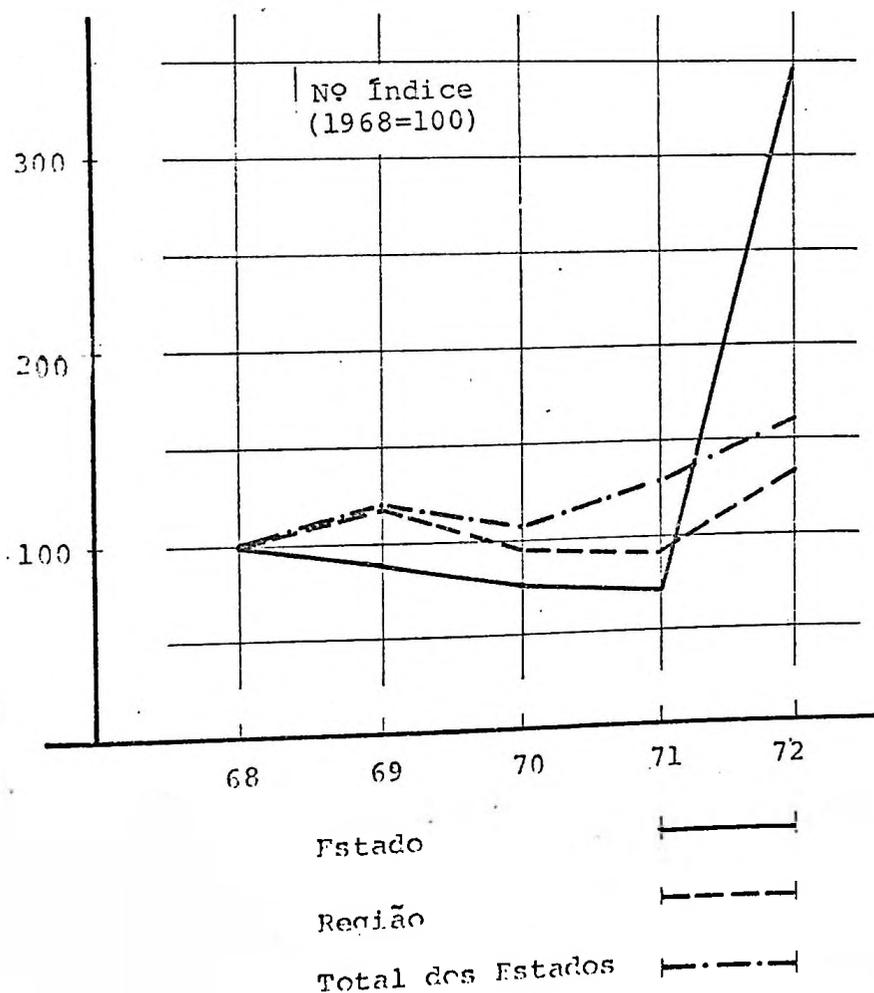
A evolução das Transferências, em termos reais, como indicam os dados abaixo, apresenta duas tendências nitidamente diferenciadas. A primeira, referente ao sub-período 1968/70 (dados de Balanço), mostrou um comportamento decrescente. A segunda, referente ao sub-período 1971/72 (dados de Orçamento), prevê um significativo crescimento da ordem de 111% a.a.^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Índice (1968 = 100):	100	90	77	72	345
Acrêscimos Anuais:	-	-10,5	-13,7	- 6,6	+377,6

^{1/} Tabelas MT - 2.2 e BR - 2.1

O comportamento observado para o Total de Transferências, no primeiro sub-período, resultou, principalmente, do acentuado declínio verificado nas Transferências Correntes. O comportamento para o segundo sub-período é o resultado das significativas estimativas de crescimento para as Transferências Correntes e de Capital - (taxas da ordem de 72,6 e 120,8% a.a., respectivamente).

O gráfico seguinte apresenta a evolução, em termos reais, das Transferências recebidas pelo Estado, pela Região e pelo total dos Estados e Distrito Federal:^{1/}



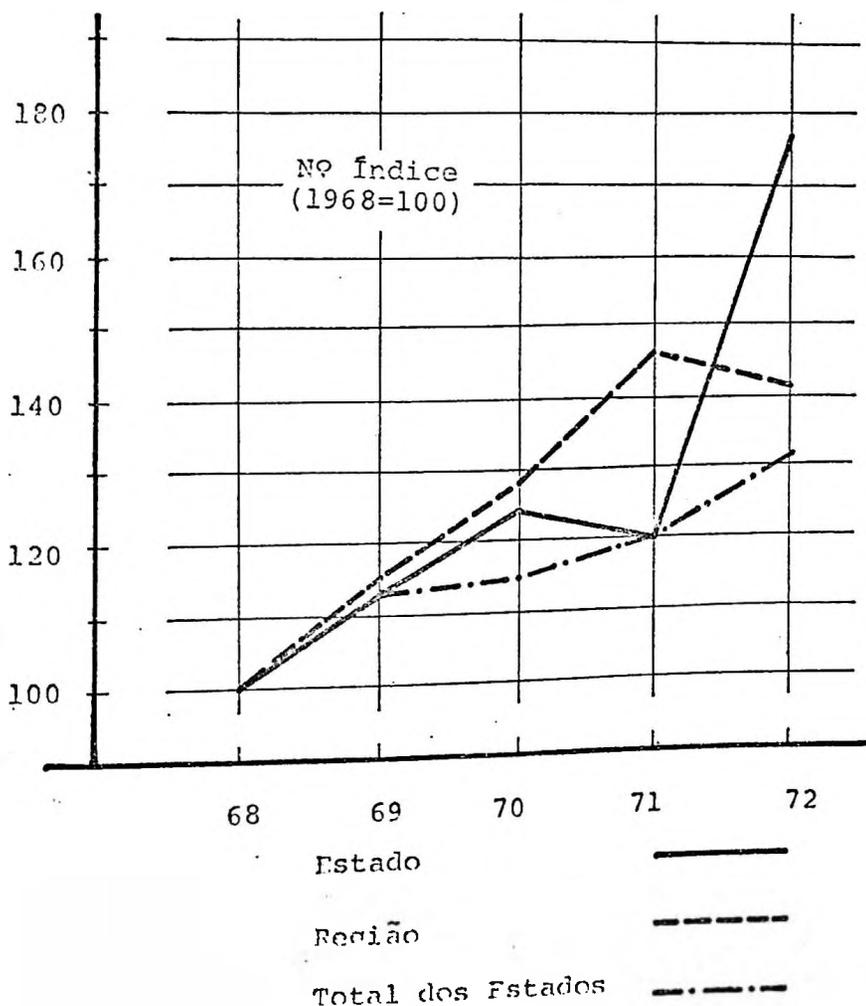
^{1/} Tabela BR - 2.1

2.2.2. O ICM

O ICM, principal componente das Receitas Próprias, contribuiu para o Total de Receitas do Estado, no período 1968/70, com cêrca de 70%. Para o sub-período 1971/72, preve-se que a sua participação relativa decresça atingindo em 1972 sômente 56,8%.^{1/}

Em termos reais, o ICM, no sub-período 1968/70, evoluiu a uma taxa da ordem de 11% a.a.. Para os dados de Orçamento (sub-período 1971/72) preve-se que seu crescimento se efetue a uma taxa da ordem de 19,3% a.a..^{2/}

O gráfico seguinte mostra a evolução, em termos reais, do ICM arrecadado pelo Estado, pela Região e pelo total dos Estados e Distrito Federal:^{3/}



1/ Tabela MT - 2.1
 2/ Tabela MT - 2.2
 3/ Tabela BR - 2.1.1

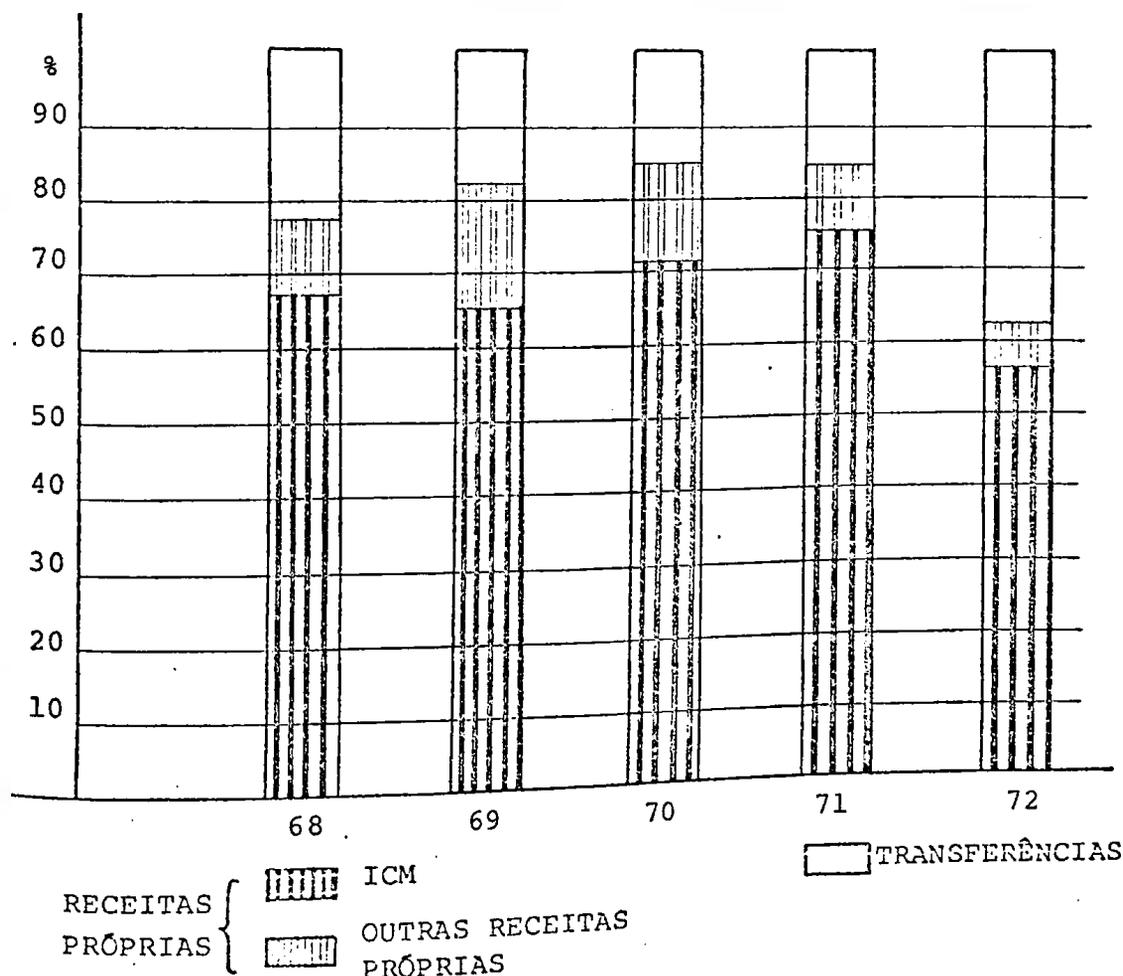
O gráfico VII, apresentado no Anexo I do Vol. 28, mostra a proporção do ICM no total de Receitas para os Estados da Região Centro-Oeste e para o conjunto dos Estados e Distrito Federal, nos anos de 1968, 1970 e 1972.^{1/}

Em Mato Grosso, a participação relativa do ICM na composição da Receita Total é superior à participação do total do ICM arrecadado pelos Estados da Região e inferior à participação do total do ICM arrecadado pelo conjunto dos Estados.

2.2.3. A Composição Percentual da Receita Segundo a Origem

O ritmo de crescimento mostrado pelas Receitas Próprias e pelas Transferências implicou em que as Receitas Próprias aumentassem sua participação relativa no Total de Receitas ao longo do sub-período 1968/70. No sub-período 1971/72, as previsões indicam uma diminuição de sua participação de modo a atingir, em 1972, uma posição inferior à de 1968.

O gráfico seguinte ilustra essa modificação da composição da Receita Estadual:^{2/}



^{1/} Tabela BR - 2.2.1

^{2/} Tabela MT - 2.1

2.2.4. As Transferências e sua Posição Relativa no Total das Receitas

As Transferências, para os dados de Balanço, apresentaram-se com uma participação relativa decrescente no Total das Receitas, passando de 24,4% em 1968 para 15,0% em 1970. Para os dados de Orçamento, estima-se que sua participação seja crescente, atingindo , 37,3% em 1972.

1/

Em conjunto, os Fundos diminuíram sua contribuição no sub-período 1968/70, passando de 22,4% em 1968 para 12,3% em 1970, diminuição esta decorrente do declínio de posição relativa tanto do Fundo de Participação dos Estados, como do Fundo Especial.

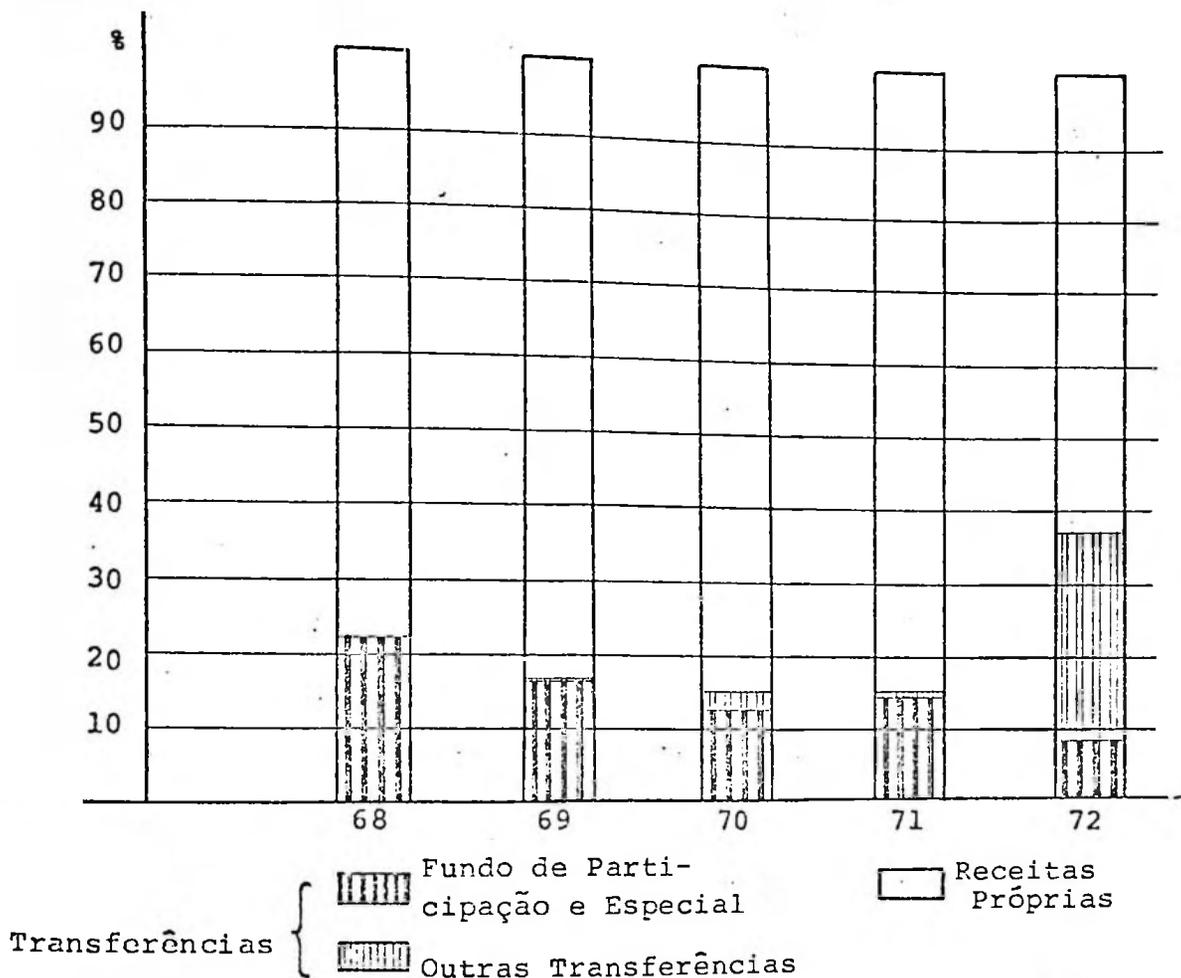
Para o segundo sub-período, estima-se que a participação relativa dos Fundos permaneça decrescente, atingindo apenas 8,1% em 1972.

As "Outras Transferências" mostram uma participação relativa (realizada e estimada) crescente, embora não regular, ao longo de todo o período, passando de 0,1% em 1969 para 29,3% em 1972, tendo sido este crescimento mais acentuado no segundo sub-período.

As modificações estruturais ocorridas na composição das Transferências podem ser visualizadas no gráfico seguinte:^{2/}

1/ Fundo de Participação dos Estados e Fundo Especial.

2/ Tabela NT- 2.3



Os gráficos VIII e IX, apresentados no Anexo I do Vol. 28, mostram, para os anos de 1968, 1970 e 1972, a comparação das Transferências e dos Fundos de Participação recebidos pelos Estados da Região Centro-Oeste relativos ao total de Transferências e Fundos de Participação recebidos por todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.^{1/}

Quanto ao gráfico VIII (Distribuição Espacial das Transferências) observa-se que Mato Grosso, à exceção do ano de 1970 e ao contrário da Região Centro-Oeste, apresenta uma participação relativa crescente no Total de Transferências recebidas pelo conjunto dos Estados.

^{1/} Tabelas BR - 2.5 e 2.5.1

Quanto ao gráfico IX (Distribuição Espacial dos Fundos) , verifica-se que Mato Grosso apresenta uma participação relativa decrescente no Total de Fundos de Participação recebidos pelo conjunto dos Estados; a participação relativa da Região, à exceção da previsão para 1972, apresenta-se crescente.

O quadro abaixo apresenta a participação percentual de Mato Grosso no Total de Transferências e Fundos de Participação recebidos pelo conjunto dos Estados da Federação:^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências (%):	1,4	1,1	1,0	0,8	3,1
Fundos (%):	2,7	2,9	2,1	2,2	2,1

2.2.5. Receitas em Termos "Per-Capita"

2.2.5.1. Receitas Próprias "Per-Capita"

Em Mato Grosso, as Receitas Próprias "per-capita" (realizadas e previstas), em termos reais, conforme o gráfico X apresentado no Anexo I do Vol.28, mostram-se acentuadamente inferiores às Receitas Próprias "per-capita" calculadas para a Região Centro-Oeste e às calculadas para o conjunto dos Estados.

A evolução das Receitas Próprias "per-capita", apresenta, para o período 1968/72, uma tendência ascendente, embora não regular, passando de Cr\$ 79,46/hab. para Cr\$ 105,76/hab.

Em 1968, as Receitas Próprias "per-capita" eram de 79,46 Cr\$/hab., representando, respectivamente, 66,8% e 37,8% das suas correspondentes para a Região e para o conjunto dos Estados. Em 1972, as Receitas Próprias "per-capita" estão estimadas em 105,76 Cr\$/hab., representando, respectivamente, 76,3% e 37,3% das suas correspondentes para a Região e para o conjunto dos Estados.

Dessa forma, verifica-se que o Estado deverá melhorar sua posição em relação à Região e ao conjunto dos Estados:^{2/}

^{1/} Tabela BR - 2.4.1

^{2/} Tabelas BR - 2.3 e MT - 2.4

2.2.5.2. Transferências "Per-capita"

Em Mato Grosso, as Transferências "per-capita" (realizadas e previstas), em termos reais, conforme o gráfico XI apresentado no Anexo I do Vol.28, mostram-se inferiores às Transferências "per-capita" calculadas para a Região Centro-Oeste e também inferiores, à exceção da previsão para 1972, para o conjunto dos Estados.

A evolução das Transferências "per-capita" mostra uma tendência declinante até 1971, porém preve-se um substancial crescimento em 1972.

Em 1968, as Transferências "per-capita" eram de 23,01 Cr\$/hab., representando, respectivamente, 23,1% e 86,9% das suas correspondentes para a Região e para o conjunto dos Estados. Em 1972, seu valor está estimado em 63,07 Cr\$/hab. e representa, respectivamente, 60,2% e 168,3% do seu correspondente para a Região e para o conjunto dos Estados.

Verifica-se, portanto, que o Estado deverá aumentar sua posição em relação à Região e ao conjunto dos Estados, sendo que o aumento de posição é mais acentuado em relação ao conjunto dos Estados.^{1/}

As modificações das tendências anteriormente verificadas, no primeiro sub-período foram influenciadas pelo comportamento de:

- a) crescimento das Receitas Próprias em termos reais;
- b) decréscimo das Transferências, em termos reais, resultante do declínio, em valor absoluto, do Total dos Fundos e das "Outras Transferências".

No segundo sub-período, as modificações de tendências decorrem da:

- a) razoável estimativa de crescimento para as Receitas Próprias - (15,0% a.a.);
- b) significativas estimativas de crescimento para "Outras Transferências" e para o total das Transferências - (342% a.a. e 111,2% a.a., respectivamente).

^{1/} Tabelas BR - 2.3 e MT - 2.4

Dos ítems acima, depreende-se um aumento do grau de dependência da Receita do Estado aos recursos de Transferências, visto que os valores estimados para a Receita Total, no sub-período 1971/72 (Dados de Orçamento), deverão crescer a uma taxa de 33,8% enquanto que os valores estimados para as Transferências, nesse sub-período, estão previstos a crescer a uma elevada taxa de 111,2% a.a.

3. ANÁLISE DA DESPESA

A abordagem do ítem Despesa será efetuada segundo:

- as categorias econômicas;
- as funções.

3.1. Análise Segundo as Categorias Econômicas

O gráfico XII, apresentado no Anexo I do Vol. 28, mostra, para os anos 1968, 1970 e 1972, a composição percentual das Despesas dos Estados da Região Centro-Oeste segundo as categorias econômicas.^{1/}

Em Mato Grosso, a participação relativa das Despesas Correntes (realizadas e previstas) na composição da Despesa Total passa a ser inferior, a partir de 1970, à participação do somatório das Despesas Correntes da Região e do conjunto dos Estados na Despesa Total para a Região e para os Estados. As modificações na composição da Despesa Total aos três níveis mostram as Despesas de Capital aumentando sua participação relativa.

3.1.1. Evolução em Termos Reais das Despesas Correntes e de Capital

A evolução das Despesas Correntes, em termos reais, mostrou no sub-período 1968/70 uma tendência regularmente ascendente, com taxa de crescimento da ordem de 10,9% a.a. Para o sub-período 1971/72 (dados de Orçamento), preve-se que esses valores passem a crescer a uma taxa de 16,7% a.a.

^{1/} Tabela BR - 3.3

O comportamento verificado para as Despesas Correntes no primeiro sub-período resultou dos crescimentos, em termos reais, tanto das Despesas com Pessoal (5,2% a.a.), como das "Outras Despesas Correntes" (taxa da ordem de 20,3% a.a.). A estimativa de comportamento para o segundo sub-período decorre, principalmente, da previsão de crescimento bem mais elevada para as "Outras Despesas Correntes" (taxa da ordem de 33,9% a.a.).

A evolução das Despesas de Capital, em termos reais, mostrou no sub-período 1968/70 (Dados de Balanço), uma tendência ascendente, embora não regular, com taxa de crescimento da ordem de 28,6% a.a. Para o sub-período 1971/72 (Dados de Orçamento), preve-se que esses valores passem a crescer a uma taxa mais elevada, da ordem de 53,8% a.a.

O quadro abaixo ilustra a evolução, em termos reais, das Despesas Correntes e de Capital:^{1/}

Nº ÍNDICE - 1968 = 100

Ano	Despesa	
	CORRENTE	CAPITAL
1968	100	100
1969	103	195
1970	123	165
1971	115	134
1972	168	391

O gráfico XIII, apresentado no Anexo I do Vol. 28, mostra para os anos 1968, 1970 e 1972 a comparação das Despesas com Pessoal para os Estados da Região.^{2/}

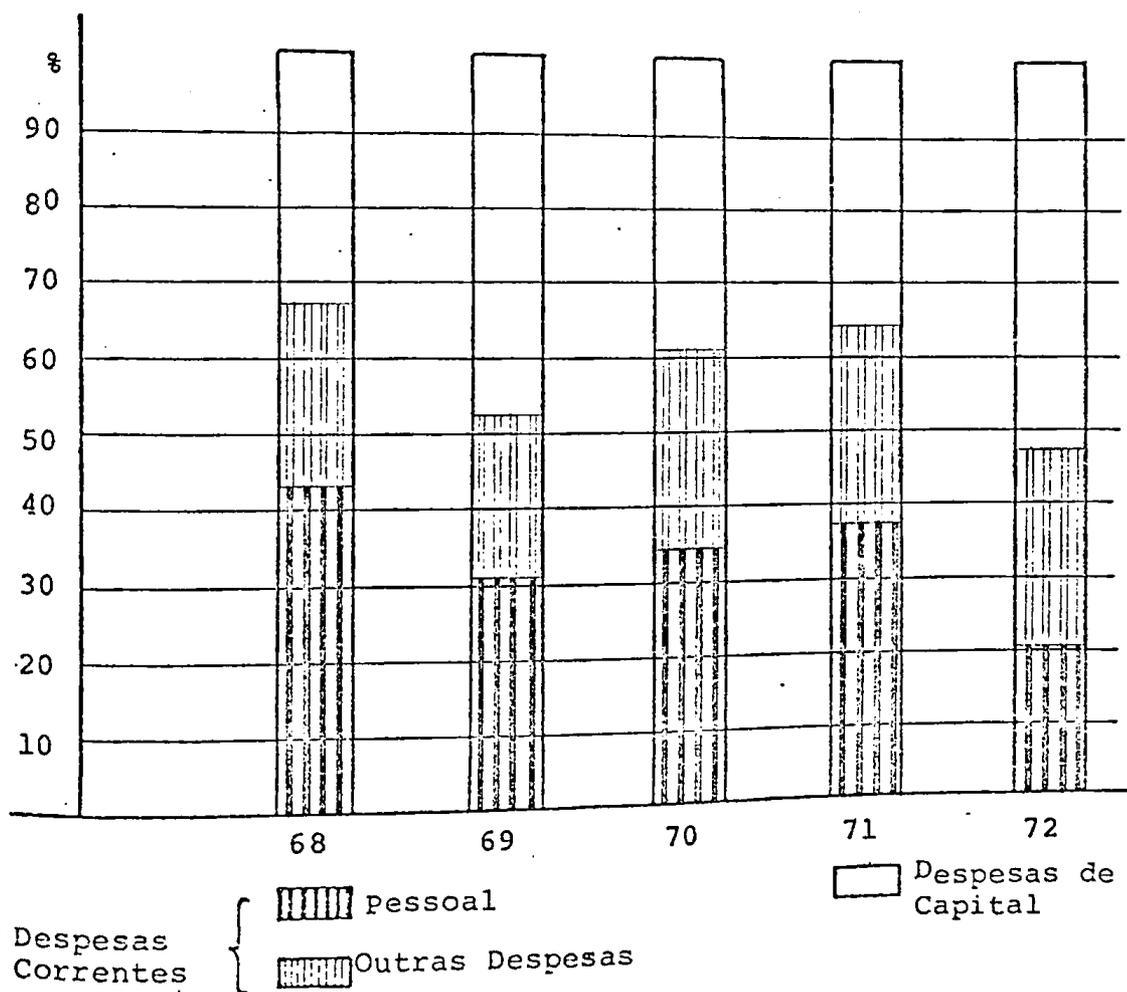
Em Mato Grosso, as Despesas com Pessoal, da mesma forma que os Gastos com Pessoal da Região, à exceção de 1970, têm uma participação percentual decrescente na Despesa Total.

^{1/} Tabelas MT - 3.2 e BR - 3.1

^{2/} Tabela BR - 3.4

3.1.2. A Composição Percentual da Despesa Segundo as Categorias Econômicas

O descompasso no ritmo de crescimento entre as Despesas de Capital e as Despesas Correntes determinou uma mudança na composição do Total das Despesas, com um sensível aumento da proporção das Despesas de Capital, como evidencia o gráfico abaixo:^{1/}



^{1/} Tabela MT - 3.1

3.1.3. Despesas com Pessoal e Capital em Termos "Per-Capita"

As Despesas com Pessoal "per-capita" (realizadas e previstas) mostram-se em relativo declínio, passando de 39,49 Cr\$/hab. para 36,06 Cr\$/hab. no período 1968/72. Em termos relativos, a Despesa com Pessoal "per-capita" do Estado, que em 1968 representava 60,8% da média calculada para a Região Centro-Oeste (em torno de 64,91 Cr\$/hab.), deverão, em 1972, elevar-se para 61,3% dessa média, o que indica que a máquina administrativa do Governo Estadual custa menos por habitante que a média regional.^{1/}

As Despesas de Capital "per-capita", (realizadas e previstas), em termos reais, se elevam de 29,29 Cr\$/hab. para 91,15 Cr\$/hab no período 1968/72. No mesmo período, as Despesas de Capital "per-capita" calculadas para a Região Centro-Oeste passaram de 87,42 Cr\$/hab. para 90,41 Cr\$/hab. e, em termos relativos, os valores para o Estado representam, respectivamente, 33,5% e 100,8% dos valores para a Região. Dessa forma, o Governo Estadual pretende dispendir em formação de Capital cifras por habitantes cada vez mais expressivas que aquelas dispendidas pela Região.^{1/}

3.2. Despesas por funções

Os Setores Governo, Administração Geral e Financeira; Viação, Transportes e Comunicação e Educação e Cultura, respondem no conjunto, por mais de 60% do total de Despesas. O quadro a seguir, apresenta a participação relativa no total de Despesas, desses setores, em conjunto e sua posição individual.^{2/}

^{1/} Tabelas MT - 3.4 e BR - 3.2

^{2/} Tabela MT - 3.3

- Em % do Total de Despesas -

ANOS	Setores	GOVERNO ADMINIS TRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA	VIAÇÃO TRANS- PORTES E COMUNICAÇÕES	EDUCAÇÃO E CULTURA	TOTAL
1968		31,6	6,6	26,6	64,8
1969		26,6	36,4	19,9	82,9
1970	
1971	
1972	

(...) Não há informações disponíveis.

4. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO E FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

4.1. Equilíbrio Orçamentário

4.1.1. Saldo Orçamentário^{1/}

O Saldo em Conta Corrente (SCC), apresentou resultados positivos no sub-período 1968/70. Para o sub-período 1971/72 (Dados de Orçamento), preve-se que esses resultados permaneçam positivos. O Saldo em Conta de Capital apresenta-se negativo tanto para os Dados de Balanço como para os Dados de Orçamento.

Dessa forma, o Saldo Orçamentário (SO), como resultado que é do Saldo em Conta Corrente e de Capital, apresentou no sub-período 1968/70 - (Dados de Balanço), um Superavit em 1968 e déficit em 1969 e 1970. Para o sub-período 1971/72 (Dados de Orçamento), ao contrário dos demais Estados (equilíbrio orçamentário), o Estado de Mato Grosso programa déficit orçamentário para os anos referentes a esse sub-período.

Saldo Orçamentário = Receita Total - Despesa Total (Tabela MT - 4.1)

4.1.2. Saldo Orçamentário Efetivo^{1/}

Não havendo Operações de Crédito (realizadas e previstas), o Saldo Orçamentário Efetivo passa a ser idêntico ao Saldo Orçamentário (SO) no período 1968/72. O quadro abaixo mostra, em Cr\$ milhões de 1972, o Saldo Orçamentário-Efetivo do Estado:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Deficit (-) ou Superavit(+) Orçamentário-Efetivo (Cr\$ milhões de 1972)	+15,9	- 5,7	- 9,2	- 3,6	- 9,3

O Saldo Orçamentário Efetivo guarda média de -0,6% em relação à Receita Total no período 1968/72. Essa média acha-se a baixo da média calculada para a Região Centro-Oeste -1,6% nesse período, conforme indicam a Tabela BR-4.1 e o Gráfico XIV apresentado no Anexo I do Volume 28.

4.2 Financiamento das Despesas de Capital

Comparando-se o Saldo em Conta Corrente (SCC) com a Receita Total (RT), tem-se a medida da Poupança do Governo, que para o Estado de Mato Grosso apresenta, no período 1968/72, média de +22,5%. No sub-período 1968/70 (Dados de Balanço), o Saldo em Conta Corrente apresentou uma tendência declinante, o que significa dizer que a disponibilidade de recursos para financiamento das Despesas de Capital diminuiu nesse sub-período. Para o sub-período 1971/72 - Dados de Orçamento - preve-se que a relação SCC/RT permaneça decrescente, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
(SCC/RT) (%)	+26,6	+26,4	+17,4	+25,0	+17,0

^{1/} Saldo Orçamentário Efetivo = Saldo Orçamentário - Operações de Crédito. Tabela MT-4.1

^{2/} Tabelas MT-4.2 e 4.1

Após analisar a evolução da Poupança Corrente, faz-se necessário identificar a sua participação nas Despesas de Capital (DK). É o que apresenta o quadro abaixo:

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
(SCC/DK) (%) :	+93,1	+54,2	+42,5	+68,8	+31,4

Verifica-se que a Poupança do Governo vem financiando de forma bastante significativa os Gastos de Capital, tanto nos Dados de Balanço como nos Dados de Orçamento, constituindo-se na principal fonte de financiamento daqueles Gastos (cobrindo, em média 58% do Total das Despesas de Capital).

A segunda fonte de recursos, em importância, que o Estado recorre para a realização e previsão de Despesas de Capital é a Receita de Capital Efetiva (Receita de Capital-Operações de Crédito), responsável, em média, por 43,1% daquelas Despesas no período 1968/72.

O fato de a Receita de Capital Efetiva (RKE) constituir parcela substancial no financiamento dos Gastos de Capital não significa que a referida Receita seja derivada de recursos próprios do Estado, visto que estes representam, em média, apenas 23% do valor da rubrica, ficando a complementação por conta das Transferências de Capital. Além do mais, deve-se ressaltar a elevada participação das Transferências de Capital na formação da Receita de Capital Efetiva no ano de 1968, cujo coeficiente foi de 88,5%. Para os anos de previsão orçamentária (1971/72), estima-se que essa participação seja de 78,7% e 94,8%, respectivamente.

As assertivas feitas acima, podem ser constatadas no quadro a seguir:

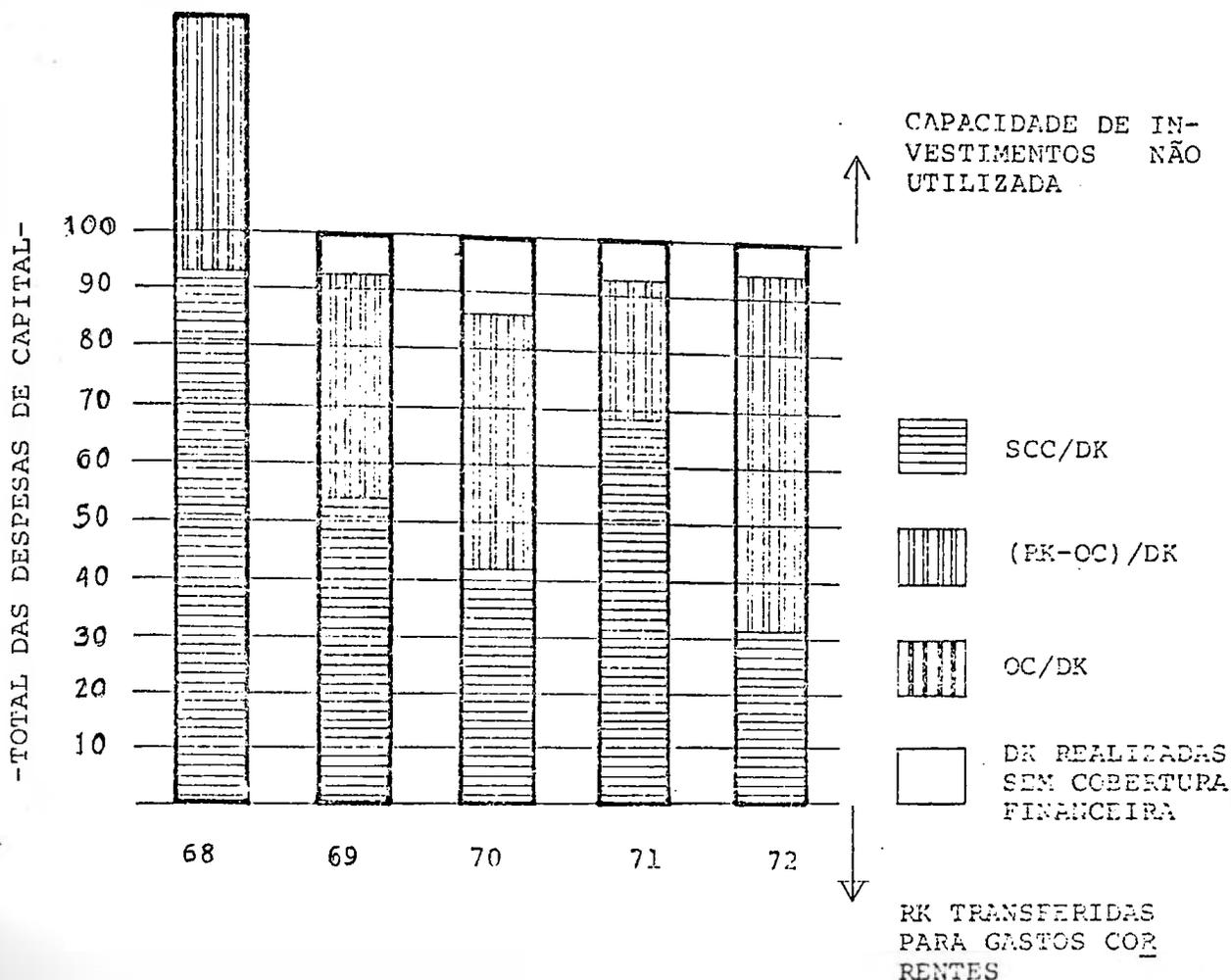
	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>1972</u>
Transferências de Capital/ Despesas de Capital (%) :	39,2	22,2	29,2	19,7	59,7
Receita de Capital Efetiva/ Despesas de Capital (%) :	44,2	38,9	44,4	24,9	63,0

Quanto à utilização dos recursos financeiros em Despesas de Capital, verifica-se que em 1968 o Estado poderia ter realizado Gastos de Capital em 37,3% mais elevados dos que efetivamente realizou; em 1969 e 1970, verificou-se que o Estado dispendeu, em termos percentuais das Despesas de Capital efetivadas, 6,9% e 13,1% , além da sua disponibilidade em recursos financeiros. Para o sub-período 1971/72 (Dados de Orçamento), o Estado apresenta previsão de dispêndios, em termos percentuais das estimativas de suas Despesas de Capital, além da disponibilidade de recursos financeiros prevista para esse sub-período.^{1/}

O Gráfico XV apresentado no Anexo I do Vol. 28, mostra , para os anos de 1968, 1970 e 1972 a relação Saldo em Conta Corrente/Receita Total do Estado, em comparação com a relação Saldo em Conta Corrente/Receita Total da Região Centro-Oeste. Verifica-se que essa relação, à exceção do ano de 1968, é inferior à média apurada para a Região.

O gráfico a seguir mostra a composição do financiamento das Despesas de Capital:

^{1/} Tabela MT - 4.3



5. O ENDIVIDAMENTO DO ESTADO

5.1. A Composição da Dívida

A Dívida Pública do Estado de Mato Grosso é constituída da Dívida Interna Fundada e Flutuante, não havendo informações da Dívida Fundada Externa. Na composição da Dívida Interna Total, a Dívida Flutuante mostrou-se, no sub-período 1968/70, com uma participação relativa superior a 80%, conforme mostra a Tabela MT - 5.1.

A Dívida Interna, à exceção da Dívida Fundada em 1970, e conforme o quadro abaixo, apresentou no sub-período 1968/70 seus componentes evoluindo em sentidos opostos: a Dívida Fundada mostrou-se decrescente e a Dívida Flutuante, crescente:^{1/}

(Em Cr\$ milhões de 1972)

Anos	DÍVIDA INTERNA				TOTAL DA DÍVIDA	
	FUNDADA		FLUTUANTE		Cr\$	%
	Cr\$	%	Cr\$	%		
1968	3,1	19,6	12,7	80,4	15,8	100,0
1969	2,8	4,5	59,0	95,5	61,8	100,0
1970	10,8	9,5	103,5	90,5	114,3	100,0

5.2. Relação entre a Dívida e a Receita

Um bom indicador do processo de endividamento estadual, conforme se apresenta no quadro abaixo, consiste na relação entre a Dívida e as Receitas:^{1/}

	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>
Dívida/Receita Total (%):	10,7	36,4	66,5
Dívida/Receitas Próprias (%):	13,8	44,2	78,2

Observa-se que a Dívida Pública medida em relação às Receitas apresentou percentuais crescentes e significativos, guardando média de 37,9% e 45,4%, respectivamente, no sub-período 1968/70.

A posição da Dívida Estadual em relação à Receita Total, no contexto regional, é superior à média observada para a Região - (24,8%) - indicando, de certa forma uma situação inquietante para o Estado, como pode se verificar na Tabela BR - 5.1 e Gráfico XVI apresentados no Anexo I do Volume 28.

^{1/} Tabela MT - 5.2

D - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTADO DE MATO GROSSO

1. Encontro Nacional de Secretários de Planejamento - Notas taquigráficas das reuniões. "Estado de Mato Grosso - experiência estadual de planejamento." Brasília, 15 a 17/12/1971 .
2. Ante-projeto da lei orçamentária; exercício de 1972. Cuiabá, s.d.
3. 3º ano de orçamento programa; exercício de 1969. Cuiabá, 1969. 200 p.
4. 5º ano de orçamento programa; exercício de 1971. Cuiabá, 1971. 201 p.
5. Relatório sobre a prestação de contas do Estado, relativo ao exercício de 1970. Secretaria da Fazenda - Delegacia Fazendária de Contabilidade. Cuiabá, fevereiro de 1971.
6. Revista de Finanças Públicas. Cons. Tec. Econ. e Fin. - Ministério da Fazenda - Vols. 290/301.

E - ANEXOS

ANEXO I - O PLANEJAMENTO ESTADUAL

- O PLANEJAMENTO ESTADUAL EM MATO-GROSSO

1 - ANTECEDENTES

1.1 A idéia de se instituir um sistema de planejamento no Estado de Mato-Grosso se deu no ano de 1963 quando pelo Decreto 469 de 4 de abril de 1963 foi criado o PLAMAT-Conselho Estadual de Planejamento de Mato-Grosso, tendo por objetivo primordial a elaboração, execução, e contrôle da política administrativa e de desenvolvimento a ser seguida pelo Govêrno Estadual no período de 1963/65. Constituído por pequeno núcleo de técnicos, elaborou, juntamente com a ASPLAN, firma de planejamento de São Paulo, o primeiro Plano Trienal de Govêrno para Mato-Grosso para o período de 1963/65, o qual submetido à Assemblêia Legislativa não foi aprovado e, portanto, não executado.

Passada essa primeira experiência, já em 1966, com a posse de um novo governador e a Reforma Administrativa que a partir daí foi feita no Estado, criou-se a Secretaria de Govêrno e Coordenação Econômica, à qual foram delegados poderes e competência de atuar no campo do planejamento e contrôle orçamentário. Esta Secretaria elaborou em 1966, o PLADE - Plano de Desenvolvimento Econômico, com execução prevista para 1966/70. Como pontos básicos ressaltava a reforma administrativa, a adoção do orçamento-programa e uma atribuição de prioridades aos setores de Energia (26% das aplicações) Transportes (20%) e Educação (18%). A avaliação do Plano concluiu que foram realizadas grande parte das metas preconizadas. O Plano sofreu reformulação em 1969 e a flexibilidade operacional foi um fator julgado importante para a continuidade na execução.

1.2 Como examinado no ítem anterior foram 2 os planos anteriores no Estado, o trienal 1963/1965 e o quadrienal 1966/70.

1.3 Enquanto o primeiro não chegou a ser aprovado o segundo teve as metas realizadas e ultrapassadas.

1.4 A não aprovação do primeiro plano é atribuída a razões políticas. O gráu de flexibilidade e a simplicidade levou o segundo plano a ter cumpridas tôdas as suas proposições.

2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO PLANEJAMENTO

2.1 A tarefa de planejamento é atribuição da SEGECE-Secretaria de Governo e Coordenação Econômica.

2.2 A SEGECE foi criada pela Lei n. 2.626 de 7 de julho de 1966 e regulamentada pelo Decreto n. 225 de 19 de abril de 1967 e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento do Estado através da implantação de um sistema planejado das atividades governamentais.

2.3 Trata-se de Secretaria de Governo sendo um órgão da Administ. Central.

2.4 A SEGECE, base do sistema estadual de planejamento, compreende o Gabinete, o Departamento de Planejamento, o Departamento de Orçamento, o Departamento Administrativo e o Departamento Estadual de Estatística.

O Departamento de Planejamento compreende as divisões de Desenvolvimento Econômico, de Desenvolvimento Social e de O & M. A primeira está subdividida nos setores de Agricultura e Pecuária, de Energia, de Industrialização, de Transportes e Comunicações. A segunda está subdividida nos setores de Arquitetura e Urbanismo, de Educação, de Justiça e Segurança, de Ocupação Territorial e de Saúde. A divisão de O & M compreende os setores de Assistência Técnica aos Municípios, de Controle Físico e de Racionalização. Alguns dos setores ainda não foram implantados devido, principalmente, a dificuldade na obtenção de recursos humanos.

O Departamento de Orçamento compreende as divisões de Controle e de Elaboração. A primeira está subdividida nos setores de Controle da Receita, de Controle da Despesa, de Controle dos Créditos.

Os demais departamentos apresentam divisões de interesse administrativo.

2.5 Ao Departamento de Planejamento compete a formulação do programa global de desenvolvimento, indicando metas e estabelecendo prioridades para sua execução, bem como proceder as modificações e retificações anuais.

O Departamento de Orçamento compatibiliza o plano com os recursos, elabora o orçamento e controla a execução orçamentária.

3 - QUADRO ATUAL DO PLANEJAMENTO

3.1 Aspectos Básicos

O atual plano de desenvolvimento econômico e social do Estado foi elaborado para cobrir o período de 1971/74.

Não apresenta, na realidade, características de plano sofisticado, sendo de estrutura bem simples. Contém um pré-diagnóstico geral e 12 diagnósticos setoriais. O pré-diagnóstico geral focaliza de maneira bem sintética os aspectos histórico-demográficos da evolução sócio-econômica do Estado. Não apresenta uma análise econômica do processo para basear as metas e programação subsequente, e enumera simplesmente os obstáculos considerados como principais para o desenvolvimento econômico. Quanto aos obstáculos físicos cita: dimensão territorial, grandes distâncias, espaços vazios, isolamento geográfico, dispersão demográfica, fatores climáticos adversos, exploração predatória de riquezas esgotáveis. Entre os obstáculos sociais enumera: baixa densidade demográfica, evasão de cérebros, baixo rendimento do sistema educacional, qualificação inapropriada da mão-de-obra, deficiência de saneamento básico, elevado índice de mortalidade infantil e doenças endêmicas, déficit de equipamentos sociais básicos, elevado nível de aspiração nos centros urbanos ocasionando pressões para investimentos. Como obstáculos econômicos a bordo: elevada concentração de renda, predominância do setor primário na economia local, baixa produtividade dos fatores de produção, ausência de espírito empresarial, baixa taxa de investimentos, evasão da poupança interna, deficiências de infra-estrutura básica. Finalmente os obstáculos de natureza político-administrativa considerados são: baixo rendimento operacional da máquina administrativa estadual; resistência à modernização da estrutura do poder público, legislação inadequada ao atual estágio de desenvolvimento da administração pública, pressões do setor político tradicional sobre a administração pública-clientelismo político, desqualificação do pessoal administrativo. Os diagnósticos setoriais mostram a evolução dos setores enfatizando os aspectos negativos e obstaculizadores à mudança e dinamização..

3.2 Objetivos e Estratégia Geral

Em um capítulo intitulado diretrizes básicas mostra o Plano, sinteticamente, as intenções do governo no seu mandato. Podem ser citados: compatibilização do plano estadual com o federal, mobilização de pessoal capacitado para gerir a coisa pública, dinamização do sistema estadual de planejamento, aumento da produtividade agropecuária, onde se concentram as atividades básicas da economia estadual e a promoção do homem matogrossense.

3.3 Estratégia Setorial e Prioridades

As metas setoriais foram estabelecidas a partir dos diagnósticos setoriais em número de doze: administração pública, energia, transportes, telecomunicações, agricultura e abastecimento, desenvolvimento industrial, sistema financeiro estadual, educação e cultura, saúde, saneamento básico, habitação e previdência social, justiça e segurança pública.

Para cada setor apresenta uma série de medidas caracterizadas como instrumentos de ação, ao lado de linhas básicas de ação do governo e relação extensa de projetos e programas.

Os setores de infra-estrutura constituem prioridade representando 66% dos investimentos totais no período do plano. O setor de transportes deverá absorver cerca de 40% dos recursos enquanto que energia terá em torno de 25% dos investimentos globais. Os setores sociais absorverão 24% destacando-se educação com 10% e saúde com 7% dos recursos. Os setores produtivos terão cerca de 7% dos investimentos, quase todos na agropecuária.

São os seguintes os investimentos globais e as percentagens por setor:

	(milhões de Cr\$)	(%)
- ATIVIDADES MEIO	47,7	2,9
Administração Pública	3,7	0,2
Sistema Financeiro Estadual	24,5	1,5
Justiça e Segurança Pública	19,5	1,2
- INFRA-ESTRUTURA SOCIAL	400,3	23,8
Educação e Cultura	162,6	9,7
Saúde	121,5	7,2
Saneamento Básico	29,9	1,8
Habitação e Previdência	86,3	5,1
- INFRA-ESTRUTURA FÍSICA	1.106,1	66,0
Energia	429,1	25,6
Transportes	664,7	39,7
Comunicações	12,3	0,7
- SETORES PRODUTIVOS	122,8	7,3
Agropecuária e abastecimento	121,1	7,2
Indústria	1,7	0,1
T O T A L	1.676,9	100,0

Dentre as metas setoriais dos setores prioritários destaca-se a do setor energético com a incorporação de mais 125.000 kw, representando aumento de 90,6% da potência instalada. O programa de construção de linhas de transmissão prevê um incremento da ordem de 318,5% na extensão das linhas existentes, com a construção de mais 2.835 km. As metas do setor de transportes rodoviários prevêem a construção e melhoria de 5.066 km de estradas-troncos, a construção de 3.517 km de estradas vicinais e a pavimentação de 290 km de rodovias.

O programa de educação e cultura tem como meta principal a elevação do índice de escolarização da população de 7 a 14 anos, de 64 para 80% e a elevação do número de matrículas na ordem de 152.000 novas vagas para o ensino primário e 56.000 no ensino médio.

No setor saúde as metas prevêem a elevação do índice de 2,32 leitos por mil habitantes para 5 leitos por mil habitantes, com a construção de 7.200 leitos distribuídos em hospitais regionais, comunitários e rurais.

Em anexo relaciona-se as metas dos 12 setores.

3.4 Instrumentos

Não há um capítulo específico mostrando como serão utilizados os instrumentos com vistas a realização das metas preconizadas.

Verifica-se em primeiro plano a preocupação com os órgãos executivos da administração estadual existentes e os a serem criados, entre esses destacando-se o Banco de Desenvolvimento.

A Reforma Administrativa e a reestruturação de órgãos hoje obsoletos, a qualificação do pessoal executivo, os convênios com entidades federais são os principais instrumentos abordados.

O Executivo estadual não dispõe ainda de um sistema de controle interno. O acompanhamento da execução do plano é feito através dos relatórios anuais que as unidades executoras enviam ao governador, sendo esses relatórios analisados previamente na Secretaria de Governo e Coordenação Econômica.

O registro prévio de contratos, convênios, medições, etc é atribuição constitucional estadual do Tribunal de Contas do Estado.

Junto ao Departamento de Orçamento da Secretaria de Governo e Coordenação Econômica funciona um setor de controle do plano de aplicação F.P.E. e F.E. cuja liberação de recursos é controlada em conjunto pelo Secretário de Viação e Obras e pelo Secretário de Governo.

A compatibilização do plano estadual com os programas federais tem sido realizada através da execução conjunta de alguns projetos, destacando-se os projetos da área de educação e cultura, da extensão rural, do combate a aftosa e de obras delegadas no setor rodoviário.

O Plano regional da SUDECO foi elaborado em estreito contato com o Governo Estadual, havendo até certo ponto, compatibilidade entre suas diretrizes e metas, com o plano estadual.

3.5 Programas e Projetos Prioritários

O Plano não apresenta explicitamente os programas e projetos prioritários, listando, contudo, a totalidade dos programas e Projetos que serão postos em execução no período 1971/74.

Da mesma forma não há nenhum detalhamento dos projetos, nem quanto aos aspectos físicos, nem quanto aos financeiros.

Relacionam-se a seguir os projetos enumerados nos setores do plano:

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Implantação do Centro Político-Administrativo de Mato Grosso
- Implantação da Secretaria de Administração.
- Consolidação da Reforma Administrativa
- Criação de uma Escola de Serviço Público.
- Convênio com a Universidade para instalação de um Centro de Processamento de Dados.
- Construção de Centro Cívico.

2. ENERGIA

- Concluir e operar a Usina III do Rio da Casca tão logo seja entregue pela ELETROBRÁS;
- Proceder a reforma geral de todo o equipamento gerador e de transformação da Usina II do Rio da Casca;

- Definir em convênio com a ELETROBRÁS a pesquisa necessária à caracterização da fonte ou fontes hidrelétricas de suprimento básico à Região-Polo de Cuiabá, para construção e atendimento a médio e a longo prazo;
- Definir e construir sob pesquisa direta outras fontes hidroelétricas para as demais regiões do Estado;
- Linhas de transmissão: em 138 KV - Cuiabá-Cáceres, Cuiabá-Jaciara-Rondonópolis; em 34,5KV Cuiabá-Livramento-Poconé, Jaciara-D. Aquino, Santo Antônio-Barão de Melgaço, Rondonópolis-Poxoréu; em 69 KV Rondonópolis-Guiratinga.
- Conclusão da hidroelétrica de Mimoso, com duas unidades completas de 22,5 MW cada uma, inclusive subestação elevadora e de manobra;
- Aquisição do trecho de linha entre Mimoso e Campo Grande, inclusive subestação dessa cidade;
- Expansão da Subestação de Campo Grande, na área de Mahobra e na de transformação, aumentando-se a sua potência de 20 para 40 MW nas tensões de 138/69/34,5 e 13,8 KV com a instrução dos "bays" de saída para Dourados e Aquidauana-Corumbá.
- Linhas de Transmissão: em 138 KV Campo Grande-Aquidauana-Corumbá; em 69 KV Campo Grande-Rochedo, Dourados-Fátima do Sul-Glória de Dourados, Dourados-Caarapó Amambai-, Dourados-Ponta Porã, Aquidauana-Nioaque-Jardim; em 34,5 KV Rio Verde-Rio Negro, Jardim-Bela Vista, Itaporã-Rio Brilhante, Dourados-Itaporã-Maracajú, Coxim-Pedro Gomes.

3. TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

O programa do Governo do Estado neste setor, a ser executado pelo DERMAT, prevê a construção e melhoramento de 5.066 Km de estradas troncos no período de 1971/74. Prevê a construção de 3.517 Km de estradas vicinais, 1.800 m de ponte de concreto, 5.623 m de pontes de madeira, 290 Km de pavimentação, além da conservação da rede rodoviária num total de 84.340 Km para os 4 anos.

O programa físico do DERMAT, prevê ainda, a construção de edifício para sua sede em Cuiabá e a ampliação de sua estrutura operacional através de aplicações consideráveis em equipamento e construção de Residências. O Programa prevê também a elevação da rede rodoviária em tráfego permanente conservada pelo DERMAT na ordem de 52,1% nos quatro anos.

Dentre as principais obras rodoviárias o Governo do Estado pretende desenvolver com a colaboração do Governo Federal e dos municípios, como obra de grande impacto econômico e social, a construção da estrada ligando Corumbá a Cuiabá atravessando o Pantanal Mato-grossense. Esta obra tende a dinamizar a economia da região e facilitar o processo de aproveitamento e incorporação dos vastos recursos naturais principalmente os relacionados com a pecuária bovina.

4. TELECOMUNICAÇÕES

- Montagem e funcionamento de 18 transceptores nas cidades de: Cuiabá, Aripuanã, Cáceres, Rondonópolis, Alto Paraguai, Barra do Garças, Aparecida do Taboado, Três Lagoas, Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Dourados, Ponta Porã e Iguatemi, São Paulo e Guanabara. Destas cidades, Cuiabá e Campo Grande, como centrais receberão 2 transceptores cada uma, em todas as cidades, com exceção de Cuiabá, São Paulo e Guanabara serão montadas para-raios.

- Orientação técnica na instalação de torres e antenas em Coxim, Dom Aquino, Jaciara, Pôrto Quinze de Novembro, Usina do Mimoso, Usina do Rio da Casca e no escritório de Brasília.

- Aquisição de 26 torres de ferro galvanizado de 12 m de altura e montagem nas cidades de: Coxim, Paranaíba, Dom Aquino, Jaciara, Rosário Oeste, Bela Vista, Nova Andradina, Pôrto Quinze de Novembro, Glória de Dourados, Pôrto Murtinho, Usina Mimoso e Usina do Rio da Casca em Brasília.

- Aquisição e montagem de 13 transceptores SSB monocanal de 100 watts, nas cidades de: Coxim, Dom Aquino, Jaciara, Rosário Oeste, Bela Vista, Nova Andradina, Pôrto Quinze de Novembro, Glória de Dourados, Pôrto Murtinho, Usina do Mimoso e Usina do Rio da Casca em Brasília.
- Expansão do Sistema SSB do DETELMAT ligando o Governo do Estado com as Prefeituras dos principais municípios do Estado.
- Adquirir e montar 30 tórres de ferro galvanizado, 15 transceptores monocanais de 100 watts.
- Estruturar a Companhia de Telecomunicações.
- Implantar um sistema telefônico a ser desenvolvido em 2 fases:
 - a) Instalar Rêde Interurbana entre:
 - Aquidauana-Miranda
 - Aquidauana-Nioaque-Jardim-Bela Vista
 - Cuiabá-Pocone-Câceres
 - Cuiabá-Rondonópolis-Guiratinga-Jaciara
 - b) Ampliar o sistema telefônico de Cuiabá, Câceres, Rondonópolis, Aquidauana, Miranda, Jardim e Guia Lopes de Laguna.

5. AGROPECUÁRIA

- Expansão do Serviço de Extensão Rural.
- Produção de sementes selecionadas.
- Fiscalização e auxílio às exposições agro-pecuárias.
- Campanha da Febre Aftosa e outras.
- Implantação de novas técnicas.
- Irrigação.
- Projetos específicos para a suinocultura, avicultura e sericultura.
- Crédito rural.
- Armazenamento, Comercialização e Industrialização.
- Implantação de uma Política Florestal e Extrativismo Vegetal.
- Pesquisas agropecuárias.
- Treinamento de Pessoal Técnico.
- Cooperativismo.
- Colonização.

6. INDÚSTRIA

- Criação do Banco de Desenvolvimento de Mato Grosso.
- Política de Incentivos Fiscais.
A nível estadual: leis destinadas ao fortalecimento e à expansão industrial;
A nível Federal: orientar a captação de recursos das deduções do Imposto de Renda (SUDAM, SUDEPE, Reflorescimento, Turismo, etc.).
- Apoio à iniciativa privada para a constituição de empresas relacionadas com Mercado de Capitais.
- Política industrial visando atrair empresários nacionais.
- Assessoria técnica à pequena e média indústria e ao comércio através da Secretaria de Indústria e Comércio, com a participação de órgãos afins (SENAI, SENAC, SESI, Universidades, Escolas Técnicas, etc).
- Promover o treinamento e a especialização da mão-de-obra local.
- Aproveitamento do potencial turístico do Estado e ampliação da infra-estrutura do ramo.
- Recuperação do "Balneário de Águas Quentes".
- Verificação, pesquisa e avaliação do potencial mineral do Estado, promovendo sua exploração.
- Implantação de Distritos Industriais.
- Promover a implantação de uma indústria siderúrgica em Corumbá, aproveitando os excelentes fatores locais.
- Promover o aproveitamento das jazidas de calcário existentes para a produção de corretivos do solo, cal e cimento.
- Promover a implantação de uma indústria de fertilizantes visando o aproveitamento das jazidas de fosfatos orgânicos da lagoa Mandioré.
- Promover a implantação e/ou ampliação da indústria de cerâmica.
- Promover a implantação de um frigorífico no Norte do Estado assim como apoiar novos investimentos do setor.
- Promover a implantação de indústrias de curtume, calçados e artefatos de couro.

- Promover a implantação de indústria de laticínios nas bacias leiteiras do Estado.
- Promover o aproveitamento industrial do potencial madeireiro existente.
- Promover a implantação da indústria de papel.
- Promover a implantação da indústria de artefatos de borracha.
- Promover a industrialização de fibras vegetais para a tecelagem, principalmente de sacaria.
- Promover a industrialização do arroz, milho e mandioca (amidonária, facularia).
- Promover a industrialização de oleaginosas.
- Promover a industrialização de frutas tropicais.
- Promover a indústria açucareira.
- Promover a industrialização do pescado.
- Promover a industrialização da ipecacuanha.
- Promover a implantação de indústria de bens de consumo em geral.
- Apoio à formação de Associações Comerciais e Industriais no Estado, bem como colaboração nas suas iniciativas.
- Empenho junto às associações industriais do Estado no sentido da criação da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso.

7. SISTEMA FINANCEIRO ESTADUAL

- Reformulações de caráter institucional e normativo do sistema arrecadador do Estado.
- Reequipamento da Secretaria da Fazenda e suas unidades regionais de arrecadação.
- Revitalização do Banco do Estado de Mato Grosso.
- Criação do Fundo de Desenvolvimento Estadual.

8. EDUCAÇÃO

Os projetos do setor estão relacionados no conjunto de metas com os quais se confundem.

9. SAÚDE

Os projetos do setor estão entre as metas, não descendo a detalhes.

10. SANEAMENTO

- Conclusão das obras de: Cuiabá, Corumbá e Miranda.
- Elaboração dos estudos e projetos para: Alto Paraguai Caarapô, Cáceres, Fátima do Sul, Guiratinga, Poconé, Rio Verde, Rio Negro, Iguatemi e Maracajú.
- Início das obras em Jaciara, Dourados, Rondonópolis, e núcleos residenciais da COHAB-MT.
- Continuação das obras em Campo Grande e Cassilândia.
- Conclusão das obras em Campo Grande, Dourados, Cassilândia e Rondonópolis.
- Implantação dos serviços onde os estudos anteriores aprovarem viabilidade.
- Início dos estudos para implantação de redes de esgotos nos principais núcleos urbanos.

4 - ESQUEMA FINANCEIRO DO PLANO

A apresentação do plano de desenvolvimento do Estado de Mato-Grosso não permite uma análise detalhada dos recursos que serão utilizados para sua realização.

Nem todos os setores apresentam os recursos especificados ano a ano e a maioria absoluta não apresenta as fontes de recursos. Torna-se impraticável, pela simples inspeção do plano, levantar o total de recursos que correrão por conta do Orçamento Estadual, de Fundos, do Governo Federal, de operações de crédito, etc.

Nada se aborda sobre a natureza dos recursos, se se trata de moeda constante ou corrente e, neste último caso, que taxa de inflação teria sido utilizada. O crescimento dos recursos estaduais ano a ano - 28%, 75% e 32% permite prever uma hipótese de moeda corrente.

ANEXO II - SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TABELAS

RESUMO ORÇAMENTÁRIO
Cr\$ milhões correntes

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
1 9 6 8	66,2	87,3	9,6	12,7	75,8	100,0	46,0	68,0	21,7	32,0	67,7	100,0
1 9 6 9	84,7	81,0	19,8	19,0	104,5	100,0	57,1	52,9	50,9	47,1	108,0	100,0
1 9 7 0	103,8	81,9	23,0	18,1	126,8	100,0	81,8	61,2	51,8	38,8	133,6	100,0
1 9 7 1	127,7	90,9	12,7	9,1	140,4	100,0	92,7	64,5	50,9	35,5	143,6	100,0
1 9 7 2	203,4	66,0	104,7	34,0	308,1	100,0	151,1	47,6	166,3	52,4	317,4	100,0
MÉDIA (*) 68/72	-	81,4	-	18,6	-	100,0	-	58,8	-	41,2	-	100,0

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

NOTA: (*) - Média simples

RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Cr\$. milhões de 1972*

M T
1.2

A N O	R E C E I T A			D E S P E S A		
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
1 9 6 8	129,8	18,8	148,6	90,2	42,5	132,7
1 9 6 9	137,7	32,2	169,9	92,8	82,8	175,6
1 9 7 0	140,8	31,2	172,0	111,0	70,3	181,3
1 9 7 1	142,8	14,2	157,0	103,6	56,9	160,5
1 9 7 2	203,4	104,7	308,1	151,1	166,3	317,4

FONTE: Tabela 1.1

(*) - Índices utilizados: 1968/70 - Índice Geral de Preços - "CONJUNTURA ECONÔMICA", set.71.

1971 - Índice Geral de Preços - Médias dos Meses Junho e Julho

1972 - Hipótese Inflacionária de 12%

RESUMO ORÇAMENTÁRIO
ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO

1968 = 100

A N O	R E C E I T A						D E S P E S A					
	CORRENTE		CAPITAL		TOTAL		CORRENTE		CAPITAL		TOTAL	
	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %	ÍNDICE	Δ %
1 9 6 8	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-
1 9 6 9	106	+6,0	171	+71,0	114	+14,0	103	+3,0	195	+95,0	132	+32,3
1 9 7 0	108	+2,2	166	-3,2	116	+1,2	123	+19,6	165	-15,1	137	+3,2
1 9 7 1	110	+1,4	76	-54,5	106	-6,6	115	-6,7	134	-19,1	121	-11,5
1 9 7 2	157	+42,4	557	+637,7	207	+96,3	168	+45,6	391	+192,3	239	+97,7

FONTE: Tabela 1.2

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões correntes

A N O	RECEITA		R E C E I T A S						P R Ó F I T A S						T R A N S F E R Ê N C I A S					
	TOTAL		I C M		O P E R A Ç Õ E S D E C R É D I T O		O U T R A S		T O T A L		C O R R E N T E S		C A P I T A L		T O T A L					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
1968	75,8	100,0	50,9	67,2	-	-	7,9	10,4	58,8	77,6	8,5	11,2	8,5	11,2	17,0	22,4				
1969	104,4	100,0	68,8	65,9	-	-	17,2	16,5	86,0	82,4	7,1	6,8	11,3	10,8	18,4	17,6				
1970	126,8	100,0	90,6	71,5	-	-	17,2	13,5	107,8	85,0	3,9	3,1	15,1	11,9	19,0	15,0				
1971	140,4	100,0	106,0	75,5	-	-	12,9	9,2	118,9	84,7	11,5	8,2	10,0	7,1	21,5	15,3				
1972	308,1	100,0	175,0	56,8	-	-	18,0	5,9	193,0	62,7	15,8	5,1	99,3	32,2	115,1	37,3				
MÉDIA (*) 1968/72	-	100,0	-	67,4	-	-	-	11,1	-	78,5	-	6,9	-	14,6	-	21,5				

Fonte: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

DEMONSTRATIVO DA RECEITA SEGUNDO A ORIGEM

Cr\$ milhões de 1972*

AN O	RECEITA		RECEITAS PRÓPRIAS						TRANSFERÊNCIAS							
	TOTAL		I Ç M		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		OUTRAS		TOTAL		CORRENTES		CAPITAL		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	148,7	-	99,8	-	-	-	15,5	-	115,3	-	16,7	-	16,7	-	33,4	-
1969	169,8	14,2	111,9	12,1	-	-	28,0	20,7	139,9	21,3	11,5	-31,1	18,4	10,2	29,9	-10,4
1970	172,0	1,3	122,9	9,8	-	-	23,3	-16,8	146,2	4,5	5,3	-53,9	20,5	11,4	25,8	-13,4
1971	157,1	-6,7	118,6	-3,5	-	-	14,4	-38,2	133,0	-9,0	12,9	143,4	11,2	-45,4	24,1	-6,6
1972	308,1	96,1	175,0	47,6	-	-	16,0	25,0	193,0	45,1	15,8	22,5	99,3	786,6	115,1	377,5

Fonte: Tabela 2.1

Nota: (*) - Vide nota de rodapé da Tabela 1.1.

MT
2.2

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

NA RECEITA TOTAL SEGUNDA A ORIGEM

(Cr\$ milhões correntes)

Receita Total = 100,0 %

ANO	FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS		FUNDO ESPECIAL		TOTAL DOS FUNDOS		OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1968	17,0	22,4	-	-	17,0	22,4	0,0	0,0	17,0	22,4
1969	14,1	13,5	4,2	4,0	18,3	17,5	0,1	0,1	18,4	17,6
1970	14,0	11,0	1,6	1,3	15,6	12,3	3,4	2,7	19,0	15,0
1971	20,0	14,2	-	-	20,0	14,2	1,5	1,1	21,5	15,3
1972	21,5	7,0	3,5	1,1	25,0	8,1	90,1	29,3	115,1	37,3
MÉDIA(*) 68/72	-	13,6	-	1,3	-	14,9	-	7,0	-	21,9

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (*) - Média simples

RECEITA "PER CAPITA" (*) A PREÇOS DE 1972

A N O	RECEITA TOTAL "PER - CAPITA"		RECEITA PRÓPRIA "PER - CAPITA"		TRANSFERÊNCIAS "PER CAPITA"	
	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %	Cr\$ 1,00	Δ %
1968	102,46	-	79,46	-	23,01	-
1969	109,86	+ 7,2	90,51	+13,8	19,35	-16,0
1970	105,93	- 3,5	90,05	- 0,4	15,89	-17,9
1971	91,26	-13,9	77,28	-14,2	14,00	-11,9
1972	168,83	+65,0	105,76	+36,9	63,07	+350,5

FONTE: Tabela 2.2

(*) - População - Veja termos de referência do trabalho

DEMONSTRATIVO SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

Cr\$ milhões correntes

A N O	D E S P E S A S										TOTAL				
	C O R R E N T E S					S U B - T O T A L					CAPITAL		TOTAL		
	P E S S O A L		O U T R A S			VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR										
1968	29,2	43,1	16,8	24,8	46,0	67,9	21,7	32,1	67,7	100,0					
1969	34,3	31,8	22,8	21,1	57,1	52,9	50,9	47,1	108,0	100,0					
1970	46,7	34,9	35,1	26,3	81,8	61,2	51,8	38,8	133,6	100,0					
1971	54,4	37,9	38,2	26,6	92,7	64,5	50,9	35,5	143,6	100,0					
1972	65,8	20,7	85,3	26,9	151,1	47,6	166,3	52,4	317,4	100,0					
MÉDIA * 68/72	-	33,7	-	25,1	-	58,8	-	-	-	41,2	-	-	-	100,0	

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Demais: Tabela 1.1

DEMONSTRATIVOS SECUNDOS AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Cr\$ milhões de 1972 (*)

A N O	D E S P E S A S					T O T A L
	C O R R E N T E S		O U T R A S	S U B - T O T A L	C A P I T A L	
	P E S S O A L	S U B - T O T A L				
1968	57,3	32,9	90,2	42,5	132,7	
1969	55,8	37,1	92,8	82,8	175,6	
1970	63,4	47,6	111,0	70,3	181,3	
1971	60,9	42,7	103,7	56,9	160,6	
1972	65,8	85,3	151,1	166,3	317,4	

Fonte: Tabela 3.1

Observação: Para a transformação em valores a preços correntes, foram utilizados os índices referidos no rodapé da Tabela 1.2.

DESPESA SEGUNDO AS FUNÇÕES

Cr\$ milhões correntes

A N O	F U N C I O E S														T O T A L			
	GOV. ADM. GERAL E FIN.		RECURSOS NAT. e AGROPECUÁRIOS		VIACÃO, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES		INDÚSTRIA E COMÉRCIO		EDUCAÇÃO E CULTURA		DEFESA E SEGURANÇA		SAÚDE E SERVIÇOS URBANOS		BEM ESTAR SOCIAL		VALOR	%
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
1968	21,4	31,6	11,7	17,3	4,5	6,6	0,0	0,0	18,0	26,6	0,7	1,0	6,1	9,0	5,2	7,7	67,7	100
1969	28,7	26,6	1,2	1,1	39,3	36,4	0,1	0,1	21,5	19,9	6,7	6,2	3,1	2,9	7,2	6,7	108,0	100
1970 (a)	100
1971 (a)	100
1972 (a)	100
MÉDIA (%)	-	29,1	-	9,2	-	21,6	-	0,0	-	23,3	-	3,6	-	6,0	-	7,2	-	100

FONTE: Veja termos de referência do trabalho

Nota: (%) - Média simples, para os exercícios de 1968 e 1969

Observação: (a) A forma de apresentação das contas nos orçamentos de 1970, 1971 e 1972 não permite a decomposição das despesas segundo as funções

COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

E CAPITAL EM TERMOS "PER CAPITA"

A N O	P E S S O A I,		C A P I T A L		Δ %
	VALOR	ÍNDICE	VALOR	ÍNDICE	
1968	39,49	100	29,29	100	-
1969	36,10	91	53,57	183	+ 82,9
1970	39,05	99	43,30	148	- 19,1
1971	35,39	90	33,06	113	- 23,7
1972	36,06	91	91,13	311	+ 175,5

FONTE: Tabela 3.2

População: Veja termos de referência do trabalho

EVOLUÇÃO DO DEFICIT OU SUPERAVIT

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SALDO CONTA CORRENTE (A)	SALDO CONTA CAPITAL (B)	DEFICIT OU SUPERAVIT ORÇAMENTARIO (C = A + B)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO (D)	DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO E- FETIVO (E = C - D)
1 9 6 8	+ 20,2	- 12,1	+ 8,1	-	+ 8,1
1 9 6 9	+ 27,6	- 31,1	- 3,5	-	- 3,5
1 9 7 0	+ 22,0	- 28,8	- 6,8	-	- 6,8
1 9 7 1	+ 35,0	- 38,2	- 3,2	-	- 3,2
1 9 7 2	+ 52,3	- 61,6	- 9,3	-	- 9,3

FCNTE: Tabelas 1.1
2.7

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

E DO DEFICIT OU SUPERAVIT

A N O	SALDO EM CONTA CORRENTE		DEFICIT (-) OU SUPERAVIT (+) ORÇAMENTÁRIO EFETIVO	
	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)	NA RECEITA TOTAL (%)	NA DESPESA DE CAPITAL (%)
1 9 6 8	+ 26,6	+ 93,1	+ 10,7	+ 37,3
1 9 6 9	+ 26,4	+ 54,2	- 3,3	- 6,9
1 9 7 0	+ 17,4	+ 42,5	- 5,4	- 13,1
1 9 7 1	+ 25,0	+ 69,0	- 2,2	- 6,1
1 9 7 2	+ 17,0	+ 31,4	- 3,0	- 5,6
MÉDIA(*)68/72	+ 22,5	+ 58,0	- 0,6	1,1

FONTE: Tabelas 1.1
4.1

NOTA: (*) - Média simples

FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

(Em porcentagens)

Fontes ANOS	(SCC / DK)	(RK - OC) / DK	(SO/DK) (-1)	(OC / DK)	T O T A L
1968	+93,1	44,2	-37,3	-	100,0
1969	+54,2	38,9	+6,9	-	100,0
1970	+42,5	44,4	+13,1	-	100,0
1971	+68,8	24,9	+6,3	-	100,0
1972	+31,4	63,0	+5,6	-	100,0
MÉDIA 68/72(*)	+58,0	43,1	-1,1	-	100,0

(*) - Média Simples

Símbolos: DK - Despesas de Capital
 SCC - Saldo em Conta Corrente (Poupança do Governo)
 RK - Receitas de Capital
 SO - Saldo Orçamentário
 OC - Operações de Crédito

* (SO/DK) (-1) (+) Despesas de Capital Realizadas sem cobertura financeira.
 (-) Capacidade de Investimentos não utilizada.

FONTES: Tabelas 1.1
 4.1

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

A N O	D Í V I D A I N T E R N A						DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		TOTAL DAS DÍVIDAS	
	FUNDADA		FLUTUANTE		TOTAL		Cr\$ milhões	Cr\$ milhões (%)	Cr\$ milhões	Cr\$ milhões (%)
	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)	Cr\$ milhões	(%)				
							Cr\$ milhões	(%)		
1 9 6 8	1,6	19,8	6,5	80,2	8,1	100,0	-	-	8,1	100,0
1 9 6 9	1,7	4,5	36,3	95,5	38,0	100,0	-	-	38,0	100,0
1 9 7 0	8,0	9,5	76,3	90,5	84,3	100,0	-	-	84,3	100,0

· FONTE: Veja termos de referência do trabalho

POSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL

A N O	EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL (%)	EM RELAÇÃO A RECEITA PRÓPRIA (%)	EM RELAÇÃO AOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO (%)
1 9 6 8	10,7	13,8	27,2
1 9 6 9	36,4	44,2	80,2
1 9 7 0	66,5	78,2	187,3

FONTES: Receita Total e Receita Própria: Tabela 2.1
 Dívida: Tabela 5.1
 Recursos Disponíveis para o Investimento: Tabela 5.4

AMORTIZAÇÕES E SUA POSIÇÃO RELATIVA NO ORÇAMENTO

Cr\$ milhões correntes

A N O	AMORTIZAÇÕES TOTALS	A M O R T I Z A Ç O E S T O T A I S E M R E L A Ç Ã O			A: (%) Despesas de Capital
		Receita Total	Receitas Próprias	Operações de Crédito	
1968	-	-	-	-	-
1969	-	-	-	-	-
1970	-	-	-	-	-
1971	6,0	4,3	5,1	-	11,8
1972	-	-	-	-	-
MÉDIA (*) 68 / 72	—	-	-	-	-

FONTES: Amortização: Veja termos de referência do trabalho
 Receitas Total e Próprias, e Operações de Crédito: Tabela 2.1
 Despesas de Capital: Tabela 3.1

NOTA: (*) - Média Simples

RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO

Cr\$ milhões: correntes

	SALDO EM CONTA CORRENTE + RE CEITA DE CAPITAL	AMORTIZAÇÃO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA INVESTIMENTO TO EM RELAÇÃO A RECEITA
	(A)	(B)	(C = A - B)	(3)
1968	29,8	-	29,8	39,3
1969	47,4	-	47,4	45,4
1970	45,0	-	45,0	35,5
1971	47,7	6,0	41,7	49,7
1972	157,0	-	157,0	51,0

FONTES: Receita de Capital: Tabela 1.1

Saldo em Conta Corrente: Tabela 4.5

Amortização: Tabela 5.3

SERVIÇO À DÍVIDA

- Cr\$ milhões correntes -

A N O	SERVIÇO DA DÍVIDA			SERVIÇO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A:		
	AMORTIZAÇÕES	JUROS	TOTAL	RECEITA TOTAL (R)	RECEITA PRÓPRIA (R)	RECURSOS DISPONÍVEIS P/ INVESTIMENTO (R)
1 9 6 8	-	-	-	-	-	-
1 9 6 9	-	-	-	-	-	-
1 9 7 0	-	-	-	-	-	-
1 9 7 1	6,0	0,2	6,2	4,4	5,2	14,8
1 9 7 2	-	-	-	-	-	-

FONTES: Recultas: Tabela 2.1

Recursos Disponíveis: Tabela 5.4

Juros: Veja tórnos de referência do trabalho

